

Sonia de Souza Silva de Melo

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
ROMPENDO AS BARREIRAS LOCAIS E TEMPORAIS NO CAMPO DO
CONHECIMENTO. UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS E IMPACTOS**

Rio de Janeiro

Dezembro de 2005

Sonia de Souza Silva de Melo

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
ROMPENDO AS BARREIRAS LOCAIS E TEMPORAIS NO CAMPO DO
CONHECIMENTO. UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS E IMPACTOS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Educação, como requisito para obtenção do nível de graduação, orientado por professora dra. Guaracira Gouvêa de Sousa e Mestre em Memória Social Carmen Irene Correia de Oliveira

Rio de Janeiro

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

CURSO DE PEDAGOGIA

TURMA: 20012351005

Sonia de Souza Silva de Melo

**EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL:
ROMPENDO AS BARREIRAS LOCAIS E TEMPORAIS NO CAMPO DO
CONHECIMENTO. UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS E IMPACTOS**

Trabalho apresentado à disciplina Monografia 2, como
requisito de avaliação orientada orientado por Guaracira
Gouvêa de Sousa e Carmen Irene Correia de Oliveira

Sonia de Souza Silva de Melo

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
ROMPENDO AS BARREIRAS LOCAIS E TEMPORAIS NO CAMPO DO
CONHECIMENTO. UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS E IMPACTOS**

Avaliado Por:

Profª. Lígia Martha

Data -----/-----/-----

Rio de Janeiro
2005

Rio de Janeiro
2005

DEDICATÓRIA

A DEUS PELA FORÇA
A MINHA MÃE PELO CARINHO
AO CARLOS, MEU MARIDO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus que me deu saúde e permitiu que ultrapassasse muitos desafios para realizar este trabalho. Agradeço a minha mãe Margarida que sempre acreditou em mim, bem como as minhas irmãs Rosália, Rosângela, Rosana e aos meus 4 irmãos. Sou grata aos meus orientadores, Guaracira Gouvêa e de forma especial a Carmen Irene, que de maneira brilhante deu continuidade a orientação deste trabalho. Sou grata aos meus companheiros de trabalho, a Nair que sempre me incentivava no Pré-Vestibular, a Nelly, que muitas vezes permitiu que fizesse pesquisas na Internet e também sempre acreditou em mim. Sou grata ao meu amigo Clayton Oliveira, que teve paciência para escutar minhas novas descobertas no campo do conhecimento e também ao Amaury, que embora sendo um Matemático, se interessava por conhecimentos da área das Ciências Humanas. Agradeço a Sonia Santos e Silvana, minhas amigas que sofreram junto comigo. Sou grata as minhas amigas da faculdade, Ana Grazielle, Ana Cristina, Cíntia Silva, Cíntia Magon e Carla e também a alguns professores que foram referência em minha vida acadêmica, Valéria Wilke, Ângela Martins, Sandra Medeiros, Luiz Eduardo e Ligia Martha.

EPÍGRAFE

A aldeia global tanto quanto espaço-tempo contraído permitiram imaginar a realização do sonho de um mundo só, já que, pelas mãos do mercado global, coisas, relações, dinheiros, gostos largamente se difundem por sobre continentes, raças, línguas, religiões, como se as particularidades tecidas ao longo de séculos houvessem sido todas esgarçadas. Tudo seria conduzido e, ao mesmo tempo, homogeneizado pelo mercado global regulador. Será, todavia, esse mercado regulador? Será ele global?

MILTON SANTOS

RESUMO

Este trabalho tem como foco, trazer a discussão sobre o grande impacto da tecnologia da informação e da comunicação em todo o segmento da sociedade. Está ocorrendo mudanças no paradigma educacional, que afetam tanto o espaço educacional formal, quanto a prática de ensino-aprendizagem. Uma das consequências deste processo, é a modalidade de educação à distância. Assim, é necessário contribuir para que esta modalidade educacional seja contextualizada dentro da educação. Neste trabalho, tem-se como objetivo, caracterizar a educação a distância no contexto da sociedade brasileira, refletir sobre quais são as motivações dos governantes para com o incentivo desta modalidade da educação e também pretende-se investigar se há uma desvalorização da profissão docente, com o uso da Educação a distância. Outra parte do trabalho, consiste em traçar um caminho que possibilite a caracterização da EAD no panorama nacional, descrevendo algumas experiências de Educação a distância no país, como o ensino por correspondência até as experiências mediadas por computador, já a partir da década de 1990 e os rumos desta modalidade tendo em vista ações no âmbito das políticas públicas. Portanto, pode-se inferir que a modalidade de educação a distância é uma realidade inevitável. Porém, deve-se atentar sobre quais são seus impactos para a educação brasileira e quais podem ser as melhores políticas para a modalidade. **Palavras-chave:** Mudanças, Tecnologias, educação, políticas e impactos

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo 1	
Situando a educação a distância na Sociedade Brasileira	13
1.1 O Contexto econômico e social	13
1.2 As características da Educação a distância: Os Conceitos	19
1.3 Algumas experiências de EAD no Brasil	22
1.3.1 O Ensino Por correspondência	22
1.3.2 As Escolas Radiofônicas	24
1.3.3 As Televisões Educativas	30
1.3.4 TV – Escola	33
1.3.5 Proformação	36
Capítulo 2	
As Tecnologias da Comunicação e da Informação e as Novas relações de espaço e tempo	38
2.1 O espaço e o tempo na organização da educação a distância	38
2.2 As Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação	41
Capítulo 3	
A Educação a distância na legislação brasileira e as políticas públicas	47
3.1 As características da Educação a distância: A legislação.....	47
3.2 As Políticas públicas para a educação a distância	52
Capítulo 4	
O Caso Cederj: O que pensam alguns profissionais	56
4.1 Um breve histórico da Fundação	56
4.2 A democratização e a melhoria do Ensino	62
4.3 Os impactos na profissão docente	68
Capítulo 5	
Considerações Parciais.	72
Referências	74
Anexos	76

INTRODUÇÃO

A modalidade de educação à distância não é algo novo, mas um processo antigo que nos dias atuais ganhou forças por meio das inovações tecnológicas. A sociedade moderna também passou por transformações, pois criou em torno de si uma complexidade fazendo da educação o critério principal para manter a empregabilidade. É neste cenário que a Educação à Distância (EAD) pode ser necessária, principalmente para a população que se encontra afastada dos grandes centros urbanos onde, geralmente ocorrem as atualizações e transformações tanto tecnológicas quanto educacionais.

A EAD já é um modelo educacional que ocorre em diversos países europeus, mas para a sociedade brasileira, é um fenômeno não muito antigo que, embora se faça extremamente útil, gera ainda controvérsias, preconceitos e imprecisões. O Brasil é um país continental por dimensões populacionais e geográficas, tendo, ainda uma desigualdade econômica, social e até mesmo educacional.

Algumas camadas da população brasileira estão excluídas geograficamente, carregando consigo o peso da deficiência do sistema educacional. Para elas, a educação a distância não poderá se tornar uma panacéia, mas poderá contribuir para a sua melhoria.

Outras vezes, a exclusão ocorre por outro motivo, o de tempo, pelo fato de o aluno não poder terminar seus estudos ou atualizar-se por ter que trabalhar sem dispor de tempo ou condições para obter uma educação continuada.

É nesse contexto que, no Brasil, a EAD vem sendo discutida como uma alternativa que pode ter grande abrangência. Dessa forma, a EAD não pode ser vista como uma modalidade educacional que vá substituir a educação formal, nem irá suprir suas deficiências de forma mágica, mas poderá ser uma grande colaboradora no processo de universalização e melhoria da educação.

Nesta pesquisa, está envolvida a seguinte problemática:

- É viável a utilização da EAD no Brasil, para um processo de universalização e ampliação do acesso à educação?

Nesse sentido, objetivamos em nosso trabalho:

- caracterizar a educação a distância no contexto da sociedade brasileira;

- buscar identificar, quais as ações de alguns decisores para incentivar esta modalidade de educação.

Para que tais objetivos sejam alcançados, serão respondidas as seguintes questões de estudos: Em que se constitui a educação a distância? Quais seriam as implicações do ensino a distância para a sociedade? Como a EAD pode ser um instrumento na melhoria da educação e quais são os programas em EAD e seu impacto?

Procuramos então com tais questões, traçar um caminho que possibilite a caracterização da EAD no panorama nacional desde a década de 1990 (principalmente a partir das duas primeiras questões) e os rumos desta modalidade tendo em vista ações no âmbito das políticas públicas (a partir da terceira questão).

A pesquisa será constituída de análise bibliográficas na área de EAD, de forma a dar conta do primeiro objetivo, e de uma análise da legislação brasileira sobre a EAD complementada com entrevistas com profissionais que atuam em educação a distância em universidades públicas do Consórcio CEDERJ- Consórcio de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro. Os profissionais mais escolhidos serão administradores, coordenadores, professores e tutores de cursos a distância. As duas escolhas, do CEDERJ e do panorama de 1990 até os dias atuais, se justificam por ser o primeiro uma iniciativa de alcance nacional que objetiva atender aos professores da rede pública do interior do Estado do Rio de Janeiro - no caso da graduação em Pedagogia para as Séries Iniciais, - e formar professores em áreas carentes de profissionais, oferecendo formação de nível superior e o segundo por ser um período marcado pelo fortalecimento desta modalidade, graças aos avanços tecnológicos das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, e ao amparo legal advindo com o artigo 80 da LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação.

No primeiro capítulo, procuro identificar os principais fatores que fizeram com que novamente a educação a distância fosse discutida no âmbito da educação brasileira. Assim, serão mencionados os fatores econômicos e sociais, que têm impulsionado modificações na educação, sendo uma dessas mudanças, o novo paradigma para a educação a distância. Neste capítulo, pretende-se caracterizar a EAD no Brasil, especificando alguns de seus conceitos com um breve histórico de algumas experiências de EAD realizadas no país.

No segundo capítulo, apresento as principais questões relacionadas às Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação e sua relação com o espaço e o tempo na organização da educação a distância, pois, sabe-se que a atual sociedade é considerada por

muitos teóricos como a sociedade do conhecimento, é permeada pelas transformações provocadas pelo grande impacto dessas novas tecnologias, que tendem não apenas a reformular, como também implantar novas formas de se relacionar com o espaço e tempo, possibilitando inclusive repensar a modalidade de educação a distância.

No terceiro capítulo, procuro retratar a questão da inclusão da educação a distância na legislação educacional brasileira, especificando alguns destaques nos textos da legislação e a respeito das políticas públicas para esta modalidade educacional, já que sua inclusão nos textos legais da educação, simboliza sua importância para a educação nacional e também demonstra interesse por parte dos nossos governantes.

O quarto capítulo trata do caso Cederj - Consórcio de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro, sobre o que pensam alguns de seus profissionais a respeito da EAD. Neste capítulo, também procuro responder a problemática se a educação a distância promove a democratização, a melhoria na educação e quais podem ser os impactos desta modalidade na profissão docente.

A pesquisa será realizada utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica e entrevistas com profissionais do Cederj. Com o primeiro, será exposto todo o contexto que impulsionou o interesse pela educação a distância no país, como a globalização, as questões econômicas e sociais e as novas Tecnologias da Comunicação e da Informação, assim como traçará um breve histórico da educação a distância no Brasil, desde as experiências de cursos por correspondência até o uso do computador na educação.

A outra parte do trabalho, mais especificamente o capítulo quatro será desenvolvido a partir das entrevistas com os profissionais do Cederj, em que se tentará identificar nas falas dos entrevistados, alguns princípios na tentativa de responder se a EAD proporciona a democratização do ensino e a melhoria da educação. As informações obtidas tanto na legislação quanto por meio das entrevistas serão confrontadas, a fim de que se obtenha as respostas às questões referidas.

A justificativa desse trabalho, se fundamenta na idéia de que é necessário contribuir para que esta modalidade educacional seja contextualizada em nossa sociedade. É necessário ainda que o educador esteja consciente e tenha condições de refletir sobre as reais possibilidades da educação a distância como também seus limites e implicações para a nossa sociedade. Cabe ainda ao educador atentar às freqüentes mudanças pelo qual passa o processo educacional do novo milênio para que tenha condições de exercer sua prática utilizando-se dos instrumentos disponíveis. Todavia, no

processo de ensino-aprendizagem, é necessário também que se tenha uma postura crítica, para que o professor não venha a ser um mero utilizador de modismos sem o conhecimento devido das diversas tecnologias educacionais.

Capítulo 1

Situando a educação a distância na Sociedade Brasileira

A educação a distância não é algo novo, mas vem sendo realizada no Brasil, desde adécada de 1930, por meio de ensino por correspondência e posteriormente, pelas escolas radiofônicas. Todavia, nos dias atuais, esta modalidade educacional vem sendo discutida e implantada em diversas instituições de ensino. Este capítulo identifica os principais fatores que fizeram com que, novamente, a educação a distância fosse discutida e até regulamentada na legislação educacional. Assim, serão mencionadas as mudanças econômicas e sociais e a influência das Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação que vieram modificar as relações econômicas, sociais e educacionais. O processo de globalização também será abordado, já que impulsionado pelas Novas Tecnologias, ele tem provocado transformações que permitiram um novo interesse pela EAD. Neste capítulo, serão caracterizada a educação a distância e traçado um breve histórico de algumas experiências em EAD no país, desde ao ensino por correspondência até ao uso do computador. Com isso, pretende-se demonstrar que embora a EAD não é algo novo no Brasil, mas tem um histórico de acertos e erros que podem ser analisados para que se aprenda com os mesmos, em busca de construir novas trajetórias exitosas para esta modalidade de educação.

1.1 - O Contexto Econômico e Social

De acordo com alguns teóricos, o grande impulso ocorrido na educação a distância atualmente deve-se a dois motivos, a revolução das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) e ao novo contexto econômico e social, que pressionado por estas mudanças tecnológicas vem sendo transformado de forma radical, exigindo dos trabalhadores, melhor qualificação e novos conhecimentos. Nesse sentido, a prática de educação a distância, se realizada com planejamento, pode contribuir de forma significativa, já que pode atingir um maior número de alunos, que não necessitam de estar presentes fisicamente em uma sala de aula.

De acordo com Belloni, (2003) uma das questões da educação no contexto globalizado consiste em, diante das mudanças na economia e na gestão do trabalho, formar um novo perfil de sujeito e de trabalhador, que deverá se adaptar às mudanças. Há, portanto, a necessidade de educação ao longo da vida. A outra questão é a ampliação das demandas pelo Ensino Superior, bem como a perspectiva de democratização das oportunidades educacionais.

Lisboa (s/d), ao apontar as profundas e aceleradas transformações ocorridas no século XX, afirma que estas reforçam e ampliam o poder da lógica capitalista, que vêm aprofundando os impasses e fazem surgir novas contradições com um grave processo de exclusão. Para ele, o mito da globalização está levando a padrões escravocratas e coercivos ainda mais cruéis, gerando uma profunda crise social. Por meio da globalização, ocorrem a hegemonia do pensamento neoliberal e o fim das utopias, já que o processo da globalização propõe a idéia de um mercado mundial; o incentivo às empresas privadas e a atuação mínima do Estado, tendo como função apenas para implementar políticas sociais; e a crença de ~~é~~ o único caminho a ser adotado pelos países.

De acordo com este autor, encontramos-nos no paradoxo de viver numa sociedade de trabalho sem trabalho, pois, as novas formas do capitalismo estão provocando um fenômeno, no qual apenas uma minoria tem emprego estável, levando a atitudes extremas, a ponto de os trabalhadores preferirem ser explorados e terem empregos dos que não poder contar com um posto de trabalho, ainda que este seja precário. O mesmo posicionamento pode ser visto em Edwards:

A idéia de ter o mesmo emprego durante toda a vida se torna insustentável. Nações ou pessoas que não se adaptem às mudanças fracassarão, (EDWARDS apud Belloni, 2003, pg.23)

Esta visão do futuro, tipicamente neoliberal, que EDWARDS considera um "darwinismo econômico", apresenta-se como inelutável e exige dos sistemas de educação que se adaptem a ela.

Dados da realidade, tendem a desmentir esta visão otimista de um futuro radioso modelado pelo pós-fordismo neoliberal. Uma segmentação radical da população ativa poderá corresponder à expansão deste modelo de produção: estimativas mais pessimistas calculam que apenas uma minoria, 25% da força de trabalho formado por trabalhadores com empregos permanentes em grandes empresas e protegidos por acordos coletivos de trabalho; outra minoria, 25% formada de trabalhadores periféricos, com empregos mal remunerados, precários e não qualificados; enquanto que cerca da metade da população, será formada de trabalhadores subempregados, desempregados e marginalizados, com trabalhos

ocasionais ou sazonais, sobretudo no setor de serviços.(EDWARDS apud Belloni, 2003, p.23)

Belloni também não tem uma visão otimista ao refletir sobre o contexto econômico e social do neoliberalismo. As implicações destas mudanças advindas do mercado neoliberal para a educação e para a educação a distância fazem com que as exigências do mercado de flexibilidade de treinamento contínuo sejam deslocadas para o campo da educação.(2003 p.23) Assim, tais implicações cairão no conceito de meritocracia por parte do aluno, que para não perder seu posto de trabalho, buscará de todas as formas se qualificar por meio de educação, para que seja garantida sua empregabilidade, ainda que os postos de trabalhos não estejam disponíveis para todos. Assim, Belloni infere que, diante desta conjuntura, há por parte do mercado um interesse em legitimar as práticas e políticas de educação a distância.

Orestes Preti (1999), também ao traçar um histórico da educação a distância, afirma que as conseqüências deste fenômeno consistem no fato de que a globalização estabelece uma relação entre conhecimento contínuo e vida econômica, e que ocorrerá desemprego, ou por redução dos postos de trabalho de uma mão-de-obra pouco escolarizada ou por falta de qualificação que seja altamente especializada, já que há exigências de novos saberes e novas competências, pois as tecnologias reduzem mão-de-obra e requerem mão-de-obra qualificada.

Diante deste cenário, Preti afirma que há por parte do mercado um interesse em legitimar as práticas e políticas de educação a distância, pois a EAD possibilita atender a um maior número de pessoas, é mais barata e não exige que o trabalhador, para se qualificar, saia de seu ambiente de trabalho. No Brasil, ela também é vista como alternativa para suprir as deficiências do sistema educacional e também para atender às novas demandas pelo ensino superior. Desta forma, tem ocorrido, especialmente nos países menos desenvolvidos, uma maior demanda pela educação, que os respectivos sistemas de ensino não estão preparados para atender. De forma semelhante Belloni faz as mesmas pontuações e afirma que:

Para atender a estas demandas, muitos campos de pesquisa estão em aberto e, em especial, do ponto de vista da sociologia da educação, será preciso desenvolver o conhecimento dos "sistemas aprendentes". Carmo lembra que o aumento do número de aprendentes e sua crescente diversidade devem-se à conjugação de três fatores: aumento demográfico

da população jovem, especialmente nos países menos desenvolvidos; aumento das necessidades de formação contínua da população adulta; e crescente consciência da importância do nível de educação da população para o desenvolvimento econômico e social. Daí estar ocorrendo uma "explosão de aprendentes", que acarreta uma pressão sobre os sistemas, não preparados para atender a uma significativa demanda quantitativa e extremamente diversificada. (Belloni, 2003,p 43)

É neste contexto que a EAD vem sendo discutida por governantes e profissionais de educação. Belloni propõe que o sistema educacional tem que se transformar para atender às mudanças e transformações sociais, especialmente nas propostas curriculares e no modo de ensino. Para ela, a tendência é que haja uma influência mútua entre a modalidade de educação a distância e a educação presencial, já que uma poderia potencializar a outra. Portanto, ela infere que o oferecimento da formação continuada deve ser um compromisso da sociedade e do Estado, deixando de transitar apenas no âmbito da meritocracia e ser apenas responsabilidade do aluno. Esta oferta garantiria não só ao aluno, mas também à toda a sociedade, uma ferramenta para manter-se competitiva neste mercado neoliberal.

Para Preti (1999), tem ocorrido por meio da globalização processos de transformações na economia que têm também seus reflexos na educação. A globalização consiste numa nova ordem global que tem por base, o poder econômico ao invés do poder político, gerando um processo de despolitização que tem ocasionado uma crise econômica, provocando principalmente nos países menos desenvolvidos, a exigência da contenção de gastos na área de educação e saúde, na tentativa de recompor o lucro. De acordo com este autor, o contexto neoliberal traz novo sentido à categorias antigas como: estado mínimo, flexibilidade, competitividade, eficiência e qualidade total, gestão e integração. É dentro deste cenário que ele afirma que há uma relação entre conhecimento e a vida econômica:

Se, no antigo modelo taylorista e fordista, eram exigidos do trabalhador atributos, escolares e culturais de pouca relevância, hoje, este novo padrão tecnológico exige sua requalificação, o aperfeiçoamento profissional e o domínio de novas especificidades. Torna-se imprescindível o contínuo "retreinamento" de todos os profissionais, dando seqüência à instrução básica e ao treinamento ocupacional. Mas, que tipo de "requalificação" para o trabalho? As rápidas transformações econômicas requerem uma formação técnico-científica básica e o acesso a um saber universalizante. Requerem não mais um trabalhador robotizado, que consiga executar uma seqüência de operações mecânicas, privilegiando atividades sensório-concretas, mas sim um trabalhador que possa executar atividades de abstração, com capacidade analítica e o domínio de

linguagens diversificadas. Mais do que aprender a fazer, ele deve ser formado para aprender a aprender. (PRETI, 1999, p23)

Semelhantemente, Peter MacLaren e Ramin Farahmandpur (2002) vão afirmar que a *união imoral entre globalização e o neoliberalismo, a partir dos anos 90* não só tem falhado com a promessa de crescimento, como também tem provocado, especialmente nos países de terceiro mundo, um processo de intensificação da polarização de classes. Para eles, o neoliberalismo e a globalização têm trazido catastróficas conseqüências sociais e econômicas.

Em outras palavras, a crise atual do capitalismo global é, pelo menos, o resultado do conflito entre as forças de produção (trabalho) e os proprietários dos meios de produção (capitalistas), de um lado, e produção, distribuição e consumo desiguais das comodidades, de outro. Além disso, o declínio salarial de empregados/empresas e o aumento da produção de comodidades não têm apenas levado à diminuição do poder de compra de trabalhadores, mas também à superprodução de comodidades na atual economia global - todas das quais podem levar ao violento caos social, econômico e político. (MCLAREN e RAHMANDPUR , 2002, p33)

Para estes autores, através da idéia de mercado livre, o capital financeiro torna-se hegemônico, promovendo a substituição de setores industriais pelos setores de serviços, diminuindo drasticamente os empregos, e ainda provocado um processo de desemprego e baixos salários, que tem agravado as desigualdades sociais e econômicas, já que neste contexto, segundo os mesmos, apenas 10% da população mundial detém 90% da riqueza global. Assim, por meio do processo de globalização, há um interesse do mercado mundial em romper as fronteiras, em diminuir gastos sociais e em lucrar ao máximo, estimulando a ideologia de estado mínimo neoliberal, vendendo um bem-estar desfrutado por um pequeno segmento da sociedade.

De acordo com Preti, (1999) o discurso neoliberal entra também no campo da educação, alegando que esta precisa ser racionalizada e otimizada. Para ele, o neoliberalismo propõe que a escola deve se ajustar às demandas do mundo globalizado, instrumentalizando seu aluno para que ele possa competir no mercado de trabalho e que ideologicamente a escola deva ser organizada sob a lógica dos interesses do capital. Por isso menciona que:

O fato é que a escola, a que conhecemos, sobretudo a escola pública, vive uma profunda crise, que a torna ineficiente na sua função de oferecer esta mercadoria que é o conhecimento às pessoas interessadas, aos seus clientes. Esta crise, na leitura neoliberal, é fundamentalmente uma crise gerencial, necessitando a escola ser submetida a uma reforma administrativa para se tornar competitiva, devendo, portanto, abandonar o campo da política e se adentrar na esfera do mercado(...)

A educação, então, não somente é posta como subordinada aos objetivos e interesses do capital como também passa a ser "conformada"(com forma) à organização capitalista do trabalho. (PRETI, 1999, p22)

Assim, para ele o discurso neoliberal alega existir uma crise na escola, principalmente a pública, propondo a necessidade de uma reforma administrativa para que ela se torne mais competitiva. Ocorre um processo de desqualificação da escola, ao lhe ser atribuída uma incapacidade para se firmar na sociedade, que atualmente é considerada informatizada e do conhecimento. Vende-se a idéia de que os professores estão desqualificados, havendo ainda um despreparo da comunidade escolar diante da atualidade. De acordo com ele, o conhecimento agora é visto como mercadoria, sendo também um constituidor das relações sociais no trabalho.

A partir desta discussão, percebe-se que há transformações econômicas e sociais que têm chegado ao campo da educação. Como afirma Preti, há um processo contínuo de aprendizagem no mercado de trabalho, promovido pela inserção das novas tecnologias, como a informática, a robótica e máquinas digitais, que exige um contínuo retreinamento. Para ele, a utilização da educação a distância neste cenário de transformações se fundamenta em: formar novos trabalhadores dentro deste novo contexto; possibilitar essa formação sem onerar os cofres públicos; e facilitar o acesso à escola pelo trabalhador, por meio de uma modalidade mais flexível, que rompa com a burocratização do espaço escolar; e sua adoção se justifica no fato de que há disponibilidade tecnológica para oferecer esta modalidade educacional.

Desta maneira, nota-se que a EAD tem gerado interesse por parte de diversos segmentos da sociedade, bem como, também, tem sido alvo de preocupação dos profissionais da educação que ainda a vêem com receios. Tais fatos nos levam a problematizar o uso da EAD para o processo de ampliação do acesso à educação no Brasil.

A EAD gera em torno de si questões como: De que maneira ela pode ser oferecida com qualidade? Como ela deve ser trabalhada na sociedade brasileira que é tão

heterogênea, coexistindo segmentos altamente qualificados e outros tão precários? Quais podem ser as suas para a nossa sociedade? Outra questão que promove a EAD se baseia em como detectar os melhores programas para esta modalidade, já que coexistem, na nossa sociedade, um alto índice de exclusão¹ educacional e digital da maior parte da população brasileira, que não têm acesso às altas tecnologias disponíveis.

Assim, o grande desafio da EAD está no fato de que ela deve ser um instrumento de democratização do saber com qualidade e não servir a uma falsa inclusão para os alunos que dela se utilizam, oferecendo um modelo de educação desqualificada, sem as necessárias intervenções do professor no processo de ensino-aprendizagem, deixando que o aluno permaneça num isolamento no processo educacional. Outro desafio para a EAD, é de não acentuar ainda mais o processo de exclusão na educação, promovendo através do acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação um tipo de educação mais completo e enriquecedor, provocando a “defasagem educacional e cultural” daqueles que não possuem tais tecnologias. Logo, ao elaborar políticas públicas para a educação a distância, deve-se considerar as dificuldades da sociedade brasileira, como por exemplo, a coexistência de setores economicamente favorecidos e outros extremamente desprivilegiados.

1.2 As características da educação a distância: os conceitos

O texto que define legalmente, a EAD é o do decreto nº 2494/98, Artigo 1º:

A educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação. (Decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998)

Além desse dispositivo legal, na literatura podemos encontrar algumas definições de EAD a partir de autores e profissionais que têm estudado esta modalidade, como Orestes Pretti e Maria Luísa Belloni.

Para definir a educação a distância, Pretti a divide em elementos que constituem a EAD e suas características. Os elementos constitutivos da EAD são, a *separação física entre professor e aluno*, em que o diálogo entre eles se dá de forma virtual, *o estudo*

¹ Para Lisboa, a exclusão, é parcial no sentido que nenhum trabalhador pode estar excluído totalmente, já que

individualizado e independente, já que o estudante passa a construir seu caminho para o conhecimento, *um processo de ensino-aprendizagem mediatizado*, em que a EAD oferece suportes como materiais didáticos, meios tecnológicos, sistema de tutoria e avaliação para viabilizar que o aluno se aproprie do conhecimento, *o uso de tecnologias*, para que seja rompida a distância entre professores e alunos e *a comunicação bidirecional*, já que se busca estabelecer modelos de educação dialógica, participativa e crítica.

Com relação às características da EAD, este autor propõe que elas se baseiam em *abertura*, já que se abrem possibilidades para a diversidade e o crescimento de oferta de cursos; *flexibilidade*, já que se mudam a relação do educando com o espaço e o tempo educacional, em que se diversificam as entradas e saídas no espaço escolar, bem como o ritmo de aprendizagem; *adaptação*, pois o aluno precisa atender a algumas exigências, como a aprendizagem para adulto; *eficácia*, já que o modelo de aprendizagem é baseado na participação do sujeito aprendente; *formação permanente*, pois cresce a demanda por qualificação profissional; e *economia*, pois diminuem os custos com o deslocamento, evita a saída do local de trabalho.

De acordo com Preti, são componentes da educação a distância o aluno, os professores especialistas, responsáveis pelas disciplinas, os tutores, que têm a função de acompanhar o aluno em suas dúvidas com as disciplinas, o material didático, que significa uma mediação entre o professor e a disciplina e o centro de educação a distância/CEAD. Há ainda outros elementos que se fazem imprescindíveis à EAD, a comunicação, que pode ser oferecida por diversos meios e linguagens e uma boa estrutura organizativa, em que devem estar incluídos a avaliação, a distribuição do material didático, bem como a organização dos centros de aprendizagem.

Belloni, apresenta alguns autores que fazem a definição da EAD e faz uma diferenciação entre a definição de Peters, que segundo ela, elabora uma definição a partir de conceitos da economia:

A educação a distância pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contígua) seriam desempenhados na presença do aprendente de modo que a comunicação entre o professor e o

ele não é marginal, em seu sentido conotativo.

aprendente deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros". (MOORE, apud Belloni, 2003)

A educação a distância se refere àquelas formas de aprendizagem organizada, baseadas na separação física entre os aprendentes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem. Esta separação pode aplicar-se a todo o processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios ou elementos deste processo. Podem estar envolvidos estudos presenciais e privados, mas sua função será suplementar ou reforçar a interação predominantemente a distância". (MALCOM TIGHT, apud Belloni, 2003)

A educação a distância é um método de transmitir conhecimento, competências e atitudes que é racionalizado pela aplicação de princípios organizacionais e de divisão do trabalho, bem como pelo uso intensivo de meios técnicos, especialmente com o objetivo de reproduzir material de ensino de alta qualidade, o que torna possível instruir um maior número de estudantes, ao mesmo tempo, onde quer que eles vivam. É uma forma industrializada de ensino e aprendizagem. (PETERS, apud Belloni, 2003)

A respeito das definições Belloni afirma que as mesmas são descritivas e definem a EAD pelo que ela não é, ou seja, baseada na concepção de educação convencional. Para ela, ao entendermos as definições da educação a distância, deve-se atentar que a separação no tempo e a comunicação diferida são de maior importância para a EAD do que a não-contiguidade espacial, dentro das características propostas pelos autores. Sobre a definição de Peters, a autora diz que sua definição é a que melhor define a EAD, pois esta procura defini-la a partir do contexto sócioeconômico, procurando situar esta modalidade na divisão do trabalho. Pois, para a autora, situar a EAD na divisão de trabalho é considerar que se muda radicalmente o papel do professor, que agora são conduzidas com maior ênfase nas normas técnicas do que pelas regras sociais.

Outro elemento que a autora propõe sobre as definições de EAD, diz respeito à auto-aprendizagem, em que ela chama de definições behavioristas e economicistas, que segundo ela, é crucial para a educação a distância, pois envolvem questões como a motivação e condições de estudo. É pois neste contexto, que a autora afirma que abre-se espaços para pesquisas em torno da EAD, como por exemplo no campo da andragogia, que é baseada na aprendizagem de adulto.

1.3 Algumas experiências realizadas em educação a distância no Brasil

Segundo Belloni, (2003) a história da educação a distância passou por três gerações. A primeira surgiu no final do século XIX, pressionada pelo desenvolvimento da imprensa e dos caminhos de ferro. O modelo característico desta geração era o ensino por correspondência. A segunda geração, baseou-se em ensino multimeios a distância e teve seu desenvolvimento a partir dos anos 60 onde integrava o uso impresso aos meios audiovisuais. A respeito deste modelo, pode-se destacar as universidades abertas que utilizam materiais impressos e também recursos audiovisuais de massa como rádio, televisão e vídeos gravados. A terceira geração desta modalidade surgiu a partir dos anos 70, onde teve seu maior crescimento através das tecnologias da informação e da Comunicação. Seus principais recursos, são as mesclagens entre os antigos recursos adicionados às novas tecnologias.

A partir deste contexto da educação a distância em âmbito mundial, veremos agora como foram desenvolvidas algumas experiências realizadas no Brasil. Vamos começar a fazer um breve histórico do EPC, Ensino por correspondência, das escolas radiofônicas, o projeto Minerva, as televisões educativas, o Movimento de educação Básica - MEB, o curso Madureza e o Telecurso, passando para as experiências atuais em EAD como a TV-Escola, e o Proformação.

1.3.1 O Ensino por Correspondência

O ensino por correspondência surge por meio do avanço dos sistemas postais no século XVIII. Embora possa se falar de esboços de ensino por correspondência desde as cartas de Platão e das epístolas de São Paulo, as primeiras manifestações deste método de ensino ocorreram na Inglaterra em meados de 1800. Assim, com a implantação dos sistemas de correios surge a primeira geração de EAD.

A experiência nacional de ensino por correspondência abrange cursos promovidos tanto da iniciativa empresarial quanto de instituições oficiais. Existe pouca documentação a respeito da história do Ensino por correspondência e este tipo de ensino recebeu pouca importância por parte de autoridades educacionais e órgãos governamentais, onde esta pouca importância foi atribuída às dificuldades dos correios. Assim, o ensino por

correspondência, permaneceu sem nenhuma legislação específica tendo seu início na lei 5.692/71 voltada ao Ensino Supletivo.

A Lei 5.692/71 no capítulo do Ensino Supletivo aborda as possibilidades de EAD seguindo estudos das experiências internacionais em educação a distância, onde o ensino por correspondência teve relativa importância especialmente a respeito da Educação Permanente. A lei afirmava o seguinte:

Os cursos supletivos podem ser ministrados mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos. (LEI 5.692/71)

Um grupo de pesquisa organizado pelo MEC - Ministério de Educação e Cultura, e coordenado pelo professor Arnaldo Niskier propôs os seguintes conceitos a respeito do ensino por correspondência:

O EPC - Ensino por Correspondência é um método segundo o qual o professor deve transmitir conhecimentos teóricos e práticos ao aluno, que não pode assistir aulas ministradas em cursos correntes, e que estuda em local diverso, segundo emprego de tempo determinado pelas circunstâncias de sua vida particular.

O EPC se diferencia pelo autodidatismo e supõe uma responsabilidade pedagógica de quem ministra o curso. " (Ensino por correspondência, MEC/UERJ Pg. 14)

Este método de ensino pode ser focado em duas partes, pela utilização do material que é enviado ao aluno e pelo envio do material, por parte do aluno dos exercícios aos órgãos responsáveis. Desta maneira, no EPC, a ênfase se volta para o autor que prepara e redata as lições do curso, para que ele tenha o cuidado de utilizar uma linguagem clara.

Tanto no âmbito nacional quanto internacional são propostos os seguintes objetivos dentro do Ensino por correspondência:

- Ser instrumento de educação permanente
- Suprir o sistema educacional do país, a fim de atender regiões isoladas ou insuficientes em quantidade de escolas.
- Atendimento aos alunos que mudam de residência e desejam continuar seus estudos.
- Promover complementação de estudos quando necessário.
- Constituir um programa de estudo em que o aluno possa adaptá-lo às suas condições de horário e ritmo de trabalho.

- Oferecimento de ensino individualizado.
- Incentivar o aluno ao estudo regular e assíduo, impulsionado pelo seu esforço na troca regular e freqüente por correspondência.

Este grupo de estudo traçou o perfil das instituições que oferecem cursos por correspondência, onde foi abordado a metodologia do curso, o controle, a clientela do curso e os recursos humanos, tendo chegado a seguinte conclusão:

Clientela:

Os alunos que estudam por correspondência devem ter o pré-requisito de saber ler e escrever. Em geral, a clientela é atraída por publicidade em jornais, revistas, tvs e rádios. A maior parte das pessoas é de classe econômica baixa, embora haja um pequeno segmento da classe econômica alta que em geral são gerentes ou administradores e não têm tempo disponível para se dirigir à uma instituição regular de ensino.

Área de atuação:

As instituições que ministram estes cursos, costumam atender a maior parte no Brasil.

Controle:

As instituições de EPC utilizam para o controle dos cursos questionários e testes periódicos e finais.

Recursos Humanos:

Dispõem de um número de docentes variável. Poucas são as instituições que mantêm um corpo docente permanente, pois a maior parte contrata professores somente para organizar o curso e preparar as aulas. O acompanhamento e avaliação são de responsabilidade do pessoal administrativo que em geral pode ser um docente.

As instituições costumam contratar docentes para renovar o material pedagógico ou para supervisionar etapas do curso.

Dentre as experiências realizadas em EPC no Brasil, a mais expressiva ocorreu por meio do Instituto Universal Brasileiro, que foi a pioneira iniciando suas atividades a

partir de 1941. Posteriormente a este ano houve outras instituições que trabalhavam com ensino por correspondência, conforme a cronologia abaixo destas instituições.

O Instituto Universal Brasileiro - 1941

Cursos Guanabara - 1969

Centro de Estudos de Pessoal do Exército Brasileiro - 1974

CDRH Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos - 1975

Curso de Auxiliares de Clínica e de Cirurgia - 1975

1.3.2 As escolas Radiofônicas

O Rádio como recurso educativo

Inventado por Marconi em 1892, o rádio foi um importante veículo para divulgação da informação. Claudia Landim, fundamentada em García Arentio, propõe que o rádio pode exercer uma função educativa. Segundo ela, o uso do rádio na educação a distância teve seu início no Canadá a fim de discutir problemas locais e regionais em comunidades rurais. (Tecnologia para EAD – Rádio, www.cciencia.ufrj.br/educnet/radio.htm acesso em 11/09/04)

No Brasil, o rádio foi utilizado como a possibilidade do sinal radiofônico chegar as mais distantes regiões do país, pois foi utilizado por programas educativos como o MOBRAI, MINYERVA e o MEB, cujo objetivo era dar acesso ao ensino supletivo às populações que não tiveram condições de concluir seus estudos em tempo regular ou por dificuldades geográficas. Entretanto, deve-se atentar sobre a utilização do rádio no âmbito da educação para que o acesso das pessoas à programação das estações de rádio possa não atingir seus objetivos, quando os horários de veiculação não forem compatíveis com os dos alunos que trabalham.

A professora Claudia Landim, afirma que as potencialidades do rádio são:

- oferecer instrução corretiva com base em um processo “feedback”.
- Propiciar utilização de material atualizado informações discursos conferências entrevistas em apoio ao processo de ensino-aprendizagem.
- Conservar o registro da voz de personagens ilustres.
- Permitir a divulgação de informação numa forma de representação usando recursos cenográficos; . (Tecnologia para EAD – Rádio, www.cciencia.ufrj.br/educnet/radio.htm acesso em 11/09/04)

Segundo Claudia Landim, ao trabalhar com o recurso da rádio deve-se atentar as seguintes condições: o caráter de fugacidade, já que não há a possibilidade de repetir a mensagem, sua transmissão é dirigida a um público amplo e indeterminado, sua escuta está condicionada a um determinado horário, é difícil interagir a escuta com outros meios didáticos.

Para Leite (2004), o rádio se caracteriza por ser um dos veículos de comunicação de maior alcance à população brasileira. Suas programações atingem uma ampla faixa etária e econômica da população, tendo por isso, um grande potencial educativo, além de sua função de entretenimento.

Para ela, o uso do rádio com finalidade educacional visa facilitar a aprendizagem, na medida em que ele tem como característica principal "ser um instrumento simples que utiliza linguagem oral e ser um meio de uso universal, é econômico e mobilizador." Por isso, ao utilizar o rádio como recurso educativo, deve-se atentar às suas limitações como a unilateralidade, a comunicação fugaz e irreversível e a ausência de imagem. Assim, Leite conclui que é imprescindível ao uso educativo do rádio, dispor de uma programação com elementos que "permitam a compreensão, a problematização e a estimulação do pensamento crítico. "

A rádio MEC o início das escolas radiofônicas

O Rádio Educativo no Brasil surgiu em 1923, por meio de Edgar Roquette-Pinto que fundou a primeira emissora de rádio brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. A primeira transmissão da emissora ocorreu no dia 08 de maio de 1923. Por não veicular publicidades comerciais, a rádio passou por algumas crises financeiras, mas conseguiu se reerguer.

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, tinha como um dos seus estatutos não veicular propagandas comerciais, religiosas ou políticas, pois isto contrariava sua ideologia, e tinha como meta veicular cultura e educação ao povo. O último ato dos estatutos da Rádio dizia que na impossibilidade de continuar dentro de seu princípio básico, a rádio teria que ser entregue ao governo. Foi o que ocorreu, Roquette Pinto em acordo com o ministro Gustavo Capanema, decidiu entregar o controle da rádio ao Ministério da Educação e Saúde.

Assim, em 07 de setembro de 1936, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro passou a ser administrada pelo Ministério da Educação e Saúde, onde foi adotado como *slogan*, a frase de Roquette Pinto: "*Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil.*" Anísio Teixeira, ao falar sobre a educação rural, apontou como uma das soluções para este tema que as escolas tivessem uma rádio educativa e filmes educativos, para a distância ampliar o conhecimento da zona rural. Pois, ao propor algumas soluções para a escola rural, ele apontou os seguintes itens:

Logo que possível a escola deverá Ter um aparelho de rádio. Da capital, por meio dos seus órgãos educacionais e culturais, seria, então, regularmente irradiado um programa educativo adaptado às condições sertanejas. (...) Logo que possível, a escola possuirá um aparelho cinematográfico para exibição de filmes educativos. (TEIXEIRA Anísio, 1997. P.102)

Sua proposta de uma rádio para a educação rural, também pode ser encontrada em seu livro "Educação no Brasil" ao afirmar que:

A realidade é que estamos a cultivar padrões escolares primários perfeitamente superados para os tempos em que estamos vivendo. **Seja na zona rural, onde se deveria tentar, menos talvez que a escola tradicional de crianças, algo como um centro de educação de adultos, sob a direção de um modesto líder social e servido pelo rádio,** seja na zona urbana – a escola tem de ser, hoje, não pode deixar de ser, alguma coisa mais que uma casa de ler, escrever e contar. O nosso conhecimento do processo de aprendizagem e o conhecimento da marcha do processo social de modernização, que está em curso em todo o mundo, leva-nos a compreender que a escola tem de acompanhar o nível de desenvolvimento da sociedade a que serve, constituindo-se centro de reintegração cultural. (Teixeira, 1969 p.67)

O Curso Madureza

O Madureza era composto de um curso e também do exame final de aprovação, onde os alunos jovens e adultos tinham que realizá-lo após o período do curso. O conteúdo ministrado pelo curso era baseado nas disciplinas do antigo ginásio e colegial, explicitadas na antiga LDB de 1961. De acordo com Kosov,⁴ o curso tinha duração de 125 horas e era precedido de um curso preparatório. Outro objetivo do curso era melhorar a escolarização dos estudantes.

O prazo máximo de conclusão do curso era de três anos e que posteriormente a 1969, esse prazo máximo foi extinto. O motivo, baseava-se em que os alunos que cursavam o curso

eram autodidatas e tinham a incumbência de conciliar suas condições de trabalho com as exigências escolares.

O curso era transmitido via rádio e tv às grandes massas desfavorecidas do ponto de vista escolar, oferecendo-lhes assim oportunidade de melhorar sua escolarização. Em 1971, o curso foi substituído pelo Projeto Minerva e depois passa a ser denominado curso supletivo.

Na década de 1970, surgiu o Projeto Minerva, que era transmitido pela Rádio Mec. O curso era veiculado a todo o país e tinha como finalidade promover o ensino primário, com formação até o antigo ginásial. Este voltava-se para o complemento do sistema de ensino, mas também para a formação supletiva de 1º grau para adolescentes e adultos que desejavam continuar seus estudos, voltando-se assim para a formação continuada.

A estrutura do curso consistia numa formação de 8 anos de estudos, onde a primeira fase seria oferecida pelo Mobral. Os anos seguintes eram oferecidos pelo projeto que veiculava por meio da Rádio MEC os conteúdos pedagógicos, complementados ainda com materiais impressos. As principais características do projeto Minerva são as seguintes:

PROJETO MINERVA TRANSMITIDO PELA RÁDIO MEC

Público-alvo: Jovens e adultos, alunos da rede do sistema escolar, aluno trabalhador

Formação: Atual Ensino Fundamental

Corpo docente: Em torno de 20 profissionais da rádio, um redator, professores conteudistas das disciplinas e coordenadores ex. atuantes no Ministério da Educação.

Haviam ainda, monitores e coordenadores regionais que assistiam encontros promovidos pela rádio.

Região atingida: Proposta de difusão em todo o país. A transmissão era feita via rádio, já que este é um instrumento de longo alcance. Esta transmissão também foi realizada pelas tvs educativas em escolas, hospitais quartéis militares ou na própria residência do aluno.

Metodologia: Produção do material pedagógico adaptado à transmissão do programa da rádio. O curso procurava utilizar uma linguagem coloquial, fundamentado na oralidade, que é o principal recurso para este tipo de difusão. O objetivo, também era utilizar o recurso do

rádio para que o aluno, já cansado do trabalho pudesse realizar a leitura do material impresso, os fascículos.

A respeito do Projeto Minerva, é interessante ressaltar que apesar do curso ser a distância, houve momentos em que a presença física se fez necessária. Pois, haviam encontros regionais promovidos pelos profissionais do projeto, com a finalidade de troca de experiências e aproximação de todos os envolvidos, monitores, coordenadores e os alunos.

O segundo aspecto relevante, diz respeito sobre a produção do material pedagógico, que eram adaptados tanto para a utilização do recurso radiofônico, quanto também era composto de muita oralidade, veiculado por uma linguagem cotidiana dos envolvidos. Enquanto que a rádio MEC procurava veicular uma programação mais erudita, paralelamente a programação do projeto Minerva, realizada dentro da Rádio MEC, utilizava a estrutura de linguagem não formal, com a finalidade de respeitar a cultura do aluno do curso.

O Movimento de Educação de Base - MEB

O MEB, Movimento de Educação de Base foi criado na década de 1960 promovia o processo de alfabetização utilizando programas de rádio sendo difundido em variadas regiões do país, atuou de forma expressiva nas regiões Norte e nordeste do Brasil. O órgão, responsável pelo MEB, é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB que recebe a colaboração do Ministério da Educação e Desporto. Seu objetivo principal era fornecer alfabetização de jovens e adultos nas regiões de difícil acesso do país. O movimento foi extinto no período de 64 com a ditadura militar, que procurou destruir as utopias libertárias educacionais, já que os pressupostos teóricos metodológicos do movimento eram também o de promover a cidadania e a visão humanista de educação.

A metodologia do movimento era fundamentada no recurso do rádio, por meio das escolas radiofônicas instaladas nas residências dos monitores. A linguagem utilizada durante a programação tinha como objetivo o ato de ler e escrever, fundamentada em princípios de uma alfabetização que promovesse a conscientização da pessoa humana. Assim, esta educação seria uma fonte de inspiração para o homem do campo.

O fim do movimento, ocorreu em torno de 1964 quando as equipes passaram a ser escolhidas de acordo com suas opções e posturas políticas, pressionadas pelo governo militar.

Para Landim, a rádio poderia ser um canal de interação entre o aluno e a instituição pois pode incentivar o aluno, lhe transmitindo uma sensação de proximidade e de identificação além de ser um canal de coletas de opiniões, de notícias, avisos e informações, inclusive ser um canal de debates. Outra potencialidade deste recurso é seu custo que é barato, onde atualmente pode contar com uma maior ampliação por meio da internet, que proporciona que uma rádio seja transmitida em qualquer lugar do mundo. Para ela, seria muito interessante se todas essas potencialidades fossem utilizadas pela educação a distância.

1.3.3 As Televisões Educativas

De acordo com Judith Lazar (Lazar, 1999), a Tv é considerada como cultura de massa, pois é um instrumento que permite a comunicação em massa durante o processo de difusão. Para esta autora, a TV é um instrumento que intervém no conhecimento e na transmissão da informação. Todavia, para Lazar a televisão sozinha não pode desenvolver uma ação educativa e necessita portanto de apoio pedagógico.

Demo, ao refletir sobre a teleducação, procura contextualizá-la abordando também a situação da profissão docente e do conhecimento. Para ele, a aprendizagem não dispensa as competências humanas e é marcada pelo esforço do aluno, através do professor e pelo ambiente social (Demo, 1998, pg. 235)

Este autor ao definir a teleducação afirma que:

1. Teleducação e aprendizagem. Por teleducação tomamos uma proposta educativa que se aproveita dos meios eletrônicos em toda sua extensão e intensidade par informar e sobretudo para formar, de modo permanente e tendencialmente a distância. (Barbich, apud Demo, 1998, pg. 235)

Ao analisar a situação do professor, Demo afirma que num futuro bem próximo, serão privilegiados modelos educativos a distância e o “manejo” e o uso da teleducação será uma competência da profissão docente. No entanto, é necessário que o professor tenha não somente a ciência de utilizar em sua atuação a instrumentação eletrônica, mas também uma postura crítica e ética sobre a mesma.

De acordo com Leite, (2003) o conceito de televisão educativa é:

É o tipo de televisão que tem como objetivo definido transmitir programas educativos, podendo atuar de duas maneiras:

Diretamente, com os chamados cursos televisivos, como os cursos de educação formal, além de cursos de atualização, especialização, extensão, de línguas, etc.

Indiretamente, procurando cooperar com o ensino convencional, tendo como função a complementação ou suplementação do ensino regular e a formação de hábitos, valores e atitudes.” (LEITE, Lígia Silva (cora), tecnologia educacional, Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2003, pg.99)

Para ela, a utilização da televisão educativa pode ser isolada ou em grupo, onde quando feita de forma isolada, o aluno assiste à aula que em geral vem acompanhada de um material impresso. E a utilização em grupo, requer a presença do professor para promoção de debates e discussões. Neste caso, seu uso será para a complementação da aula regular.

Na história das experiências em educação a distância no Brasil, a TV teve um importante papel, pois foi utilizada para a transmissão de cursos de ensino supletivo como o projeto Minerva, transmitido via rádio e TV e o mais conhecido, o Telecurso.

Entre o período de 1960 e 1979, surgiram várias emissoras de TVs educativas, pois os educadores passaram a se conscientizar do valor da tv para a educação. Com o objetivo de coordenar as atividades de teleducação em todo o país, foi criado pelo MEC em 1972, o PRONTEL - Programa Nacional de Teleducação, e que em 79 foi substituído pelo SEAT - Secretaria de Aplicações Tecnológicas. Para incrementar ainda mais a história da Tv educativa, foi assinado em 1970 uma portaria interministerial entre o MEC e o Ministério de Comunicação, onde foram dadas algumas normas, instituindo tempo obrigatório para que as tvs comerciais veiculassem programas educacionais gratuitamente.

Assim, em 1961, a Fundação João Baptista do Amaral, antiga TV Rio, produziu um curso de alfabetização de adultos, com a direção da Professora Alfredina de Paiva e Souza. O curso foi transmitido até 65, sendo uma das primeiras experiências em educação educativa pela televisão. Em 62, houve também a veiculação de um programa chamado “Mesas Redondas”, oferecido pela tv Continental, seu objetivo era lançar a

idéia de Universidade de Cultura Popular para pessoas maiores de 16 anos de idade, que não tiveram oportunidade de ter acesso à escola na idade regular.

Outra instituição surgida nesta época foi a FCBTVE, Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, por meio da lei nº 5.198 de 03 de janeiro de 1967. A FCBTVE passou a funcionar no Rio de Janeiro, no edifício Odeon e com a verba de seu primeiro auxílio, investiu no Curso de Alfabetização que era gravado na Rede Globo. No período de 69, foi apresentado ao órgão um novo projeto para o curso primário, que se transformou no projeto “*João da Silva*”. Outro item importante ocorrido foi o fato que durante o período de 1980, foi despachado uma portaria por meio do Ministério da Comunicação e da Educação a portaria MEC/MINICOM nº162 que culminou na criação de um Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa - o SINRED.

De acordo com Pretto, (1996) o MEC elegeu por meio da portaria nº 390/86 uma comissão interministerial com o Ministério da Comunicação, com a finalidade de criar um sistema de educação básica via satélite. Pretendia-se ainda, criar um programa de educação com aulas transmitidas de Brasília ou do Rio de Janeiro a todo o Brasil. Contudo, esta proposta não foi aceita. Apesar disso, este grupo resolveu promover em parceria com a FCBTVE, o 1º Encontro Brasileiro de Educação e Televisão em 1987.

Segundo Pretto, todas as emissoras de televisão tanto pública quanto privada participaram deste encontro, além de professores e pesquisadores do assunto. O objetivo do encontro era a discussão de questões referentes a relação entre educação e televisão. Todavia, o resultado deste encontro não resultou em políticas públicas expressivas sobre o tema.

O projeto João da Silva

O Projeto só foi oficializado após a criação do Telecentro pela tve, localizado na Av. Gomes Freire, 474 onde para ser construído, contou com o apoio financeiro e logístico do governo alemão. As primeiras gravações do programa foram realizadas em 1972 e posteriormente foram regravadas. O objetivo do curso era aproveitar a grande capacidade da difusão da tv, para promover educação ao público adolescente e adulto que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos. Para Gilson Amado, o presidente do FCBTVE, esse público da população poderia ser alcançado por meio da comunicação de

massa para obter uma vida mais ativa socialmente e também no mercado de trabalho, pois lhe seria oferecida a oportunidade educacional que não lhe foi concedida.

Assim, em março do ano de 1973, iniciou-se a transmissão do Projeto "João da Silva", onde resultou no prêmio especial do Japão de programa didático ao FCBTVE. Sua transmissão foi às 11h. pela tv Globo e pela tv Universitária de Pernambuco. A estrutura do curso supletivo era constituída de 100 capítulos com 25 aulas em formato de telenovelas educativas.

Durante este mesmo período, houve também a veiculação do projeto "A conquista", um curso supletivo de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, estruturado com o mesmo formato de telenovela educativa, além de contar com 7 livros de apoio para complementação.

O Telecurso

O curso começou em 1978 com o nome de Telecurso 1º e 2º Grau e tinha como objetivo, a melhoria do ensino na educação básica e dos cursos profissionalizantes. Destinava-se ao público do Ensino Médio e o segundo segmento do Ensino Fundamental para pessoas maiores de 21 anos de idade que não puderam concluir seus estudos e se preparavam para os exames supletivos.

O projeto foi criado por meio de uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Padre Anchieta, a TV Cultura de São Paulo e futuramente recebeu o apoio do MEC. A metodologia utilizada pelo curso baseia-se no uso de vídeos e livros organizados na estrutura de teleaulas. O material pode ser encontrado em bancas de jornais e revistas ou por telefone. Desde 98, o Telecurso passou a ser chamado Telecurso 2000, seguindo a mesma estrutura, é considerado o maior projeto de educação a distância no Brasil. Atualmente, o curso é transmitido por quase 39 emissoras de tvs comerciais e educativas em todo o país, além de ter inúmeras telesalas espalhadas que utilizam seu material.

1.3.4 TV-ESCOLA

De acordo com Neves (1996) O programa TV Escola foi criado em setembro de 1995, e tinha como finalidade, o aperfeiçoamento e valorização dos professores e gestores da rede pública e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. O programa

foi criado em caráter experimental e seu funcionamento se estrutura em um canal de televisão com programas educativos veiculados em todo o território nacional por meio do satélite Brasilsat, cuja programação é organizada com base no currículo do Ensino Fundamental. Escolas com mais de 100 alunos se cadastraram nas secretarias municipais ou estaduais e receberam o *Kit tecnológico*, composto por uma antena parabólica, um receptor de TV, um aparelho de videocassete e dez fitas VHS para fazerem as gravações dos programas.

A programação que vai ao ar é veiculada diariamente com três horas de duração, que posteriormente é repetida em quatro blocos. Os conteúdos programáticos são de disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História Educação Física, Educação artística e Meio Ambiente. Outro conteúdo veiculado no ar, diz respeito à formação do teleducador, que simulam ações cotidianas, utilizando as NTCIs. A programação tem um suporte no material impresso, que é a revista TV Escola.

A SEED – Secretaria de Educação a Distância do MEC, com o fomento oriundo de um acordo com o MEC e Unesco criou um sistema de avaliação do TV Escola, a fim de fazer acompanhamento por meio de uma pesquisa sobre o programa. Atualmente, algumas críticas são feitas ao programa:

Originalmente criada para atender prioritariamente aos professores das séries iniciais do ensino fundamental, cuja formação de nível médio exige uma decisiva complementação, a TV Escola fo ampliando sua abrangência e hoje se dirige para professores de todos os níveis da educação básica. Ao mesmo tempo em que foi ampliando sua clientela-alvo, a TV Escola foi também mudando de enfoque quanto à natureza de seus objetivos prioritários, passando a oferecer cada vez mais materiais didáticos para os professores que mais utilizam os programas da TV Escola são os professores especialistas das diferentes disciplinas das séries finais de ensino fundamental e médio, e que a grande maioria os utiliza como materiais didáticos em suas disciplinas específicas, em sala de aula com os estudantes. O uso desse programas para sua própria formação é muito minoritário entre os professores.

(BELLONI, Maria Luiza, Educação e Pesquisa, São Pálo, v. 29, n.2, p.287-301, jul./dez., p.291, 2003

A conclusão que se pode ter a partir das afirmações de Belloni é que embora a criação da TV Escola fosse uma proposta interessante, mas a forma como este programa vem sendo utilizada não tem dado conta de atender a melhoria da formação dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, visando uma complementação à

sua formação de nível médio. Há portanto, a carência de políticas mais criteriosas como por exemplo, a avaliação da aprendizagem dos participantes que utilizam o programa. Pois, nota-se de forma clara que não basta equipar as escolas com aparatos tecnológicos, mas além disso tem que criar condições mínimas para que seu uso se transforme em melhorias na educação.

Experiências educacionais mediadas por computador

De acordo com Leite, no uso do computador, existem dois tipos de programas, o de sistemas e o de aplicação. No ensino, ele pode ser usado como instrutor na aprendizagem dos conteúdos, como jogos e programas interativos para orientação aos alunos ou na correção de trabalhos, como simulações para dar suporte as experiências e como meios de comunicação nos processos de ensino para o uso de correio eletrônico e redes interativas. Na pesquisa, ele pode ser utilizado como catálogo e armazenamento de bancos para pesquisa para encontrar artigos e livros virtuais.

Segundo Moran (1997), as universidades correm em busca de visibilidade para não ficar para trás, pois disponibilizam no site páginas padronizadas que mostram sua filosófica, atividades administrativas e pedagógicas ou criam-se páginas mais interativas. Para ele, o uso da Internet faz com que a escola saia de seu isolamento e se abra para a comunidade. A educação presencial e a educação continuada se potencializam com o uso dos computadores e da Internet. Moran afirma que além de possibilitar a intercomunicação e a integração de diferentes mídias, outro item favorável ao seu uso, trata-se de sua flexibilidade, já que tanto pode ser utilizada em tempo real, ou assincronamente, favorecendo assim o melhor horário a cada estudante.

No Brasil, há diversas experiências educacionais que utilizam o computador em seus cursos. Todavia, relataremos apenas dois deles para que seja apresentado um breve histórico desses programas, o PROFORMAÇÃO, organizado pelo MEC e o CEDERJ, organizado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do estado do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar também, que o uso do computador na educação ainda é visto por receios, já que apenas uma pequena parcela da população tem acesso este benefício. A outra questão que reforça tal receio, diz respeito ao fato de que a população brasileira ainda não tem uma cultura de utilizar o computador na educação. Por isso, dentre as experiências

educacionais desenvolvidas pelo uso do computador, a maior parte delas também se utilizam de materiais impressos e recursos audiovisuais.

13.5 PROFORMAÇÃO

De acordo com a Secretaria de Educação a Distância, SEED, o Programa de Formação de Professores em Exercício – Proformação, foi criado em 1997, é financiado pelo FUNDESCOLA, que administra os recursos oriundos do Banco Mundial e conta também com o apoio do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Sendo executado pela SEED, o Proformação tem como objetivo, oferecer a professores em exercício, formação para o magistério em nível médio na modalidade Normal, além de contribuir para a melhoria do ensino fundamental em todo o país e dar capacitação para as séries iniciais do ensino fundamental e para a educação de jovens e adultos.

Os dados da SEED confirmam que o Proformação já formou pelo menos 30.000 professores no Brasil, tendo ainda um déficit para capacitar, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, maior concentração de professores sem capacitação mínima para o exercício do magistério. Com isso, as metas do MEC procura atingir a um grande número de pessoas que estão localizadas em diferentes regiões do Brasil.

O Proformação, conta com o apoio dos estados e municípios, cabendo ao governo federal cumprir com as propostas técnicas e financeiras, a distribuição de materiais, implementar e articular políticas públicas e a responsabilidade pelo treinamento dos responsáveis pela avaliação e o monitoria do programa. Ao Estado cabe criar uma equipe estadual de gerenciamento responsável pela infra-estrutura e disponibilização de pessoal. Ao município, cabe a coordenação dos trabalhos em nível municipal, bem como o pagamento de tutores, transporte e eventos culturais.

A modalidade do curso é a distância e se estrutura em materiais impressos, videográficos, atividades presenciais, em geral realizados sábados ou períodos de férias, atividades práticas pedagógicas realizadas na escola dos professores e conta com acompanhamento de tutores, além de atendimento pedagógico presencial e por telefone, via 0800. O sistema de avaliação do curso, é baseado no Caderno de verificação da aprendizagem – CVA, que conta com prova bimestral, prática pedagógica, plano de aula, memorial e projeto de trabalho, aos quais o aluno deve realizar ao longo do curso. A

metodologia do curso é composto por guias de estudo, cadernos de verificação, fitas de vídeo, guia geral, manual de operacionalização e o manual do tutor.

De acordo com Toschi (2001), são duas as críticas que se faz ao programa, a primeira e mais grave diz respeito ao treinamento em serviço, o que para ela, tem velada a concepção de um fazer técnico do professor, treinável que desmerece a concepção de uma prática reflexiva na atuação do professor. A outra crítica diz respeito ao tempo que é reservado aos professores para exercerem as atividades deste programa. Para a autora, a maior crítica dos professores cursistas, tem sido a falta de tempo reservado para que eles vejam os vídeos e destinem tempo na escola para darem conta desta formação.

Capítulo 2

As Tecnologias da Comunicação e da Informação e as Novas relações de espaço e tempo

Sabe-se que a educação sempre se utilizou de tecnologias como, os livros, o giz e o quadro negro para mediar a aprendizagem. Todavia, na atual sociedade, a educação vem sendo desafiada a integrar as suas práticas o uso das NTCIs. Este capítulo abordará questões relacionadas às NTCIs, que ganham forças na atual sociedade, a ponto de a mesma ser considerada a sociedade midiática, em que tem introduzido em seu contexto, temas como a simulação, a virtualidade e a nova relação do sujeito com o tempo e o espaço. Essas inusitadas formas de se relacionar com o tempo e o espaço, também têm chegado no âmbito da educação. Pois, a escola antes inflexível e fechada, agora se flexibiliza para permitir que os trabalhadores que não poderiam sair de seu local de trabalho, adquiram novas formas de continuarem seus estudos por meio da educação a distância. Assim, com a inserção dos aparatos das NTCIs, estabelecem-se novas formas de organizar a educação. Portanto, considerando as diferentes definições de EAD já apresentadas e as novas concepções que destacam a problemática da relação não presencial, assim como o redimensionamento do eixo espaço-temporal graças às Tecnologias que permitem trocas comunicacionais sincrônicas, dois conceitos merecem destaque em nosso trabalho: espaço e tempo.

2.1 O espaço e o tempo na organização da educação a distância

Para o geógrafo, Milton Santos, o conceito de tempo é definido como *o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama* e o conceito de espaço é definido *como o meio, o lugar material da possibilidade desses eventos*. Já o conceito de mundo é definido como *a soma, também síntese, de eventos e lugares*, em que estes três elementos são modificados a cada época. Para este autor, há uma base material em que se processa o espaço e a forma como ele é aproveitado, bem como também a forma como o tempo é materializado em diferentes atividades ou ações. (Santos, 1997 p.41) Para ele, atualmente os tempos e os espaços são vividos e compartilhados a nível mundial:

Hoje, o princípio unitário do mundo é a sociedade mundial. (...) O espaço é tornado único, à medida que os lugares se globalizam. Cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também naquilo que ele não é), já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicação”. (Santos, 1997, pg.43)

Diante disto, ele afirma que no uso do espaço e do tempo nos cotidianos das pessoas, são estabelecidos tempos e espaços hegemônicos e não hegemônicos, como por exemplo os tempos das grandes organizações e dos Estados. De acordo com Santos, há um conflito entre os tempos dos atores hegemônicos e dos atores não hegemônicos, pois eles não utilizam os mesmos, ainda que convivam juntos. A isto podemos chamar natureza social do tempo.

Na sociedade capitalista, o tempo está muito voltado à questão da produção, onde uma ênfase maior é dada ao seu aspecto cronológico do tempo e muitas vezes não é privilegiada a sua natureza social. A produção capitalista organiza o espaço e o tempo, provocando o ajustamento dos sujeitos aos seus interesses. Ou seja, o indivíduo tem que obrigatoriamente se adequar a esse tempo de interesse hegemônico, como horário de entrar e sair do trabalho, horário de lazer, horário preestabelecido para entrar e sair da escola, etc.

Fazendo uma analogia com a questão acima, pode-se afirmar que a organização da escola regular está baseada nesta concepção capitalista do tempo. Para Teodósia Correia (1996), há um conflito que perpassa o âmbito escolar, quanto ao gerenciamento do tempo, dentre os quais, está a preocupação no como será alterado e administrado este tempo dentro da escola.

Para a autora, o tempo constituiu o componente mais forte da estrutura escolar ocupando o centro da escola, surgindo um processo nacional de organização do tempo. O que acontece dentro desses tempos passa a ser secundário para educadores, diretores, secretários, entre outros. Por isso, todos os outros tempos da vida do educando são negados em virtude do tempo escolar. Teodósia afirma que há uma maior preocupação com o calendário escolar do que com o próprio currículo. Por isso, não é suficiente que o aluno prove ter domínio dos saberes e habilidades ensinadas, mas que ele também tenha um mínimo de frequência obrigatória para obter a aprovação.

É nesse sentido que a burocratização da escola, sua rigidez e inflexibilidade na forma como organizar o tempo e o espaço escolar, tem sido um dos maiores obstáculos para uma parcela da população que não usufrui dos benefícios da educação, pois como afirmou Preti (1999), tal burocratização inviabiliza a permanência da maior parte dos alunos trabalhadores na escola. Outro motivo que inviabiliza a presença de alguns alunos na escola, é a localização geográfica da instituição de ensino, já que torna impossível ao aluno afastado dos grandes centros se manter em uma instituição escolar.

Com a implantação e o crescimento da modalidade da educação a distância, é necessário que os profissionais da educação tenham uma nova visão na forma de organizar e ver o espaço e os tempos de ensino, pois como atuar nesta nova forma da organização educacional, sem a exigência do tempo e do espaço determinado pelo ensino presencial? Com a implantação das tecnologias da Comunicação e da Informação, nos tempos atuais, a mídia tornou o veículo, o espaço e a própria materialidade das relações humanas. (Santos 1997, pg. 46) É por esse motivo que a atual sociedade é considerada midiática, ou seja, marcada por relações vividas e estabelecidas no espaço das NTCIs, através da virtualidade. Silvio (2000) também tem uma visão semelhante: “ um lugar deslocalizado, um lugar sem lugar geográfico, onde existem objetos virtuais e ocorrem fenômenos virtuais, produto de manipulações cibernéticas de objetos e fenômenos virtuais.” (Silvio, 2000, pg.212)

Para Silvio (2000), o processo de virtualização consiste em representar de forma eletrônica e digital, os objetos e os processos que se encontram no mundo real, em que o processo de virtualização da educação consiste em compreender e representar os processos de ensino e aprendizagem, através da Internet. A partir dos recursos tecnológicos, fala-se em empresas virtuais, governo virtual e escolas virtuais. Para ele, podem ser agrupadas em quatro categorias as questões relacionadas ao ciberespaço: *a analogia*, que consiste em construir uma universidade virtual como réplica de outra que existe no mundo físico, *a substituição* de universidades territoriais reais por universidades virtuais, *a assimilação* que consiste em reduzir a virtualização a uma simples infra-estrutura com uma rede de universidades interconectadas por dispositivos de comunicação e a *articulação* entre o mundo físico e o mundo virtual. Para Silvio, a articulação é a melhor categoria, pois redundaria na união de pontos positivos e inovadores do ciberespaço, com os que têm no mundo real.

Infere-se então que anteriormente aos avanços das NTCIs, o espaço e o tempo de aprendizagem eram preestabelecidos, como a estrutura física da escola e seus horários, em que também a formação oferecida pela escola era satisfatória. Hoje, na atual sociedade da Comunicação e da Informação, esses fatores são rompidos, já que se abrem novas possibilidades e novos espaços para se buscar a educação.

Por isso, na realização da educação a distância, é necessário que os atores que participam desta modalidade de ensino, professores e alunos, compreendam essas novas formas de vivenciar o espaço e tempo educacional, já que o aluno tem que ser autônomo, para organizar sua própria vida acadêmica dentro do seu tempo cronológico e social. Por outro lado, o professor precisa buscar novas formas de possibilitar a educação, que agora terá o desafio de ser mais interativa e se utilizar dos aparatos da comunicação, porém sem perder sua função principal: a formação de qualidade.

2.2 - As Novas Tecnologias da Comunicação e da Informação

Segundo Polistchuk e Trinta (2003) vivemos em uma *sociedade midiaticizada* e de *cultura midial*, pois aquilo que é veiculado através dos meios de comunicação tem grande repercussão social, tendo em vista tanto a capacidade rápida de difusão da mídia como também, seu caráter de produzir significação social em suas mensagens emitidas. Essa cultura midial tem avançado tanto, a ponto de as novas Tecnologias da Comunicação e da (NTCIs) estarem sendo discutidas também no processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, não apenas o impacto ideológico dos meios de comunicação sobre o sujeito, como também seu o uso dessas tecnologias pela educação.

Assim, cada vez mais vivemos em uma cultura de mediação, que envolve interfaces tecnológicas. De acordo com Polistchuk e Trinta (2003) a aplicação das novas tecnologias se voltam para o objetivo de que a informação chegue no menor espaço de tempo a baixo custo e de forma mais rápida. As novas tecnologias, ligadas à informação e à comunicação, são vistas como produtos de necessidades do atual estágio do sistema capitalista mundial. Essas tecnologias se caracterizam por aparelhos de produção e de transmissão de imagens como meios audiovisuais e aparelhos de rápida transmissão de informações e dados.

De acordo com os autores, as NTCIs estão vinculadas ao projeto filosófico da pós-modernidade que, entre outras propostas, vê nas imagens uma imensa potencialidade, sendo

um dos seus aspectos a valorização e a produção de *simulacros*, o que potencializa o emprego das imagens virtuais. Tais imagens são tecnologicamente produzidas a fim de serem culturalmente repartidas.

Assim, fazem parte das NTCIs, conceitos como a imediatez, a virtualidade, que estão problematizando o modo habitual do que é realidade, pois aquilo que simula ser parece muito real. Outra característica das NTCIs é a união de tecnologias audiovisuais como a televisão e o vídeo, com tecnologias de difusão por satélites como os computadores e celulares. Por isso, o computador atualmente, funciona com tecnologias aclopadas de som e imagem.

Os autores propõem que as tecnologias atuais, cujo conceito denomina-se **novas tecnologias**, abrangem sistemas físicos de organização e de gestão de informações. Esses sistemas são responsáveis pela descoberta, produção, armazenamento, reprodução e distribuição das informações. Dessa maneira, foi atribuída às tecnologias uma grande importância de âmbito político, cultural e econômico, já que vieram transformar profundamente as relações na sociedade. As difusões feitas pelas novas tecnologias, são não só de abrangência nacional, mas de escala planetária. Há uma comercialização dessas tecnologias, que em geral tendem a ser dos países desenvolvidos para os países de em desenvolvimento, que agora se constituem em grande potencial de mercado para essas indústrias transnacionais.

Uma das questões relacionadas às NTCIs, corresponde ao fato de que desde os fins dos anos 70, mencionava-se que estaria raiando a Sociedade da Informação e afirmava-se que a informação na sociedade iria se tornar democratizada. Todavia, ainda nos dias atuais, essa sociedade se pergunta de que forma poderia proceder para promover a "socialização da tecnologia". Tal questão, é mais acentuada nos países em desenvolvimento, onde coexistem setores extremamente avançados do ponto de vista econômico e tecnológico com outros setores de imensa escassez não somente econômica, como também tecnológica. Logo, essas tecnologias são contraditórias porque, embora visem a difusão em larga escala, também produzem a exclusão pelo fato de serem ainda muito caras. Essas questões também se agravam, considerando que as NTCIs estão transformando profundamente, as relações no campo de trabalho e também no econômico, excluindo portanto aqueles que ainda não

sabem utilizá-las ou que a elas não têm acesso. Assim, o que fazer, se ainda há inúmeras pessoas que não estão incluídas no mundo das novas tecnologias?

Outra questão relacionada às NTICs, diz respeito ao campo educacional, já que torna-se um desafio aos profissionais da educação, relacionar as Tecnologias da Comunicação e da Informação com o ensino, principalmente a distância. Pois, não basta apenas enviar as aulas aos alunos, é necessário que o ensino se caracterize por outras formas como por exemplo, o sistema de tutoria, pois as NTICs não podem produzir a aprendizagem sozinhas por serem apenas meios pelos quais o conhecimento é transmitido. Elas podem propiciar à educação que se realiza a distância, um caráter mais interativo e aproximar por meio da simulação a figura do professor.

Alguns teóricos propõem que o melhor é que a educação seja oferecida, principalmente àqueles que não teriam nenhuma condição de cursar o ensino senão por meio dessa modalidade. Porém, o desafio é fazer com que este aluno se familiarize com as novas tecnologias para, só depois poderem delas se utilizar. Logo, conclui-se que mais do que promover o processo educacional por meio da comunicação, é necessário que se promova o acesso às NTICs para que só assim, a comunicação se efetive nas práticas de ensino-aprendizagem. Assim, na promoção do ensino a distância, é fundamental conhecer a realidade daquele público, que será ofertada a educação, para só após esse levantamento, deve-se discutir que tecnologia utilizar na educação a distância.

De acordo com Pretto (2001), as transformações promovidas pelos avanços da revolução tecnológica provocaram grandes impactos no campo da educação e da informação. Pois, o universo da comunicação e da informação sofrem um veloz desenvolvimento tecnológico e científico. Para Pretto, todo esse processo foi fortemente associado ao processo de Globalização e essa associação se tornou tão expressiva que a atual sociedade tem sido considerada a Sociedade da Informação, desde os anos 90.

Segundo Pretto, foram criados em diversos países, grupos de trabalhos para pensar essa sociedade da informação, a fim de estabelecer políticas públicas para todo esses novos aparatos surgidos no campo da informação e na comunicação. O resultado desses grupos de trabalho foram os *Livros Verdes*, conforme aponta Pretto:

O do Brasil foi lançado no ano 2000. Em um segundo momento, e esse muito mais rico no meu entender, promove-se a discussão ampla com a sociedade sobre as primeiras idéias e os possíveis caminhos a serem

adotados para se garantir uma efetiva inserção do país na sociedade da informação. As discussões foram intensas durante as reuniões desses GTs. As diferenças de concepções políticas e ideológicas sobre o que significa a tal sociedade da informação, estiveram sempre presentes.” (PRETTO, 2001,p.31)

Para Pretto, discutir as questões acima são de grande relevância para a educação e para educação a distância. Pois, não há como defini-las e delas pensar sem que primeiro tenhamos uma visão clara da sociedade de que estamos falando. Assim, foram apuradas questões para essa sociedade da informação, onde a educação foi apontada como de extrema importância para a questão da inclusão digital, que não deveria apenas promover uma mera preparação para o mercado. Mas, essas propostas de inclusão digital, deveriam ser oferecidas para que as NTICs sejam também um instrumento de eliminação das outras formas de exclusão, já presentes em nossa sociedade, não se tornando mais um problema de exclusão no país.

Portanto, os grupos de trabalhos do Livro Verde, viam na educação um item de importância, já que para ter acesso à informação e ao conhecimento, deve-se ter também a capacidade de processá-los diante de cada contexto em que essas informações e conhecimentos estão inseridos. Conforme citação abaixo:

A educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. Parte considerável do desnível entre indivíduos, organizações, regiões e países deve-se à desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e concretizar inovações. Por outro lado, educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para "aprender a aprender", de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica. (o Livro Verde, acesso em 03/10/2005)

Diante dessa conjuntura, Pretto afirma que nesta sociedade da informação, exercer plenamente sua cidadania diz respeito a essas questões de inclusão digital, educação e tecnologias, passando o conceito de cidadão ser ampliado, pois as questões tecnológicas e

informativas estão presentes no cotidiano das pessoas. Logo, é transposto à educação e à educação a distância, o desafio de promover educação numa sociedade tão permeada por tecnologias.

Impulsionada pelos avanços das Novas tecnologias, a educação a distância, após utilizar tecnologias como o material impresso, a televisão e o vídeo, nos dias atuais tem sido fortemente permeada pelo uso das tecnologias baseadas no computador. Com isso, a ead ganha maior interatividade, ao utilizar programas mais interativos como emails, lista de discussão, sites, cd-rooms e base de dados. Embora essas tecnologias baseadas no computador promovam maior interação entre professor e aluno e entre os alunos, no Brasil, elas constituem um objeto de ampla discussão entre os teóricos que vêem a ead com receios. Pois, indaga-se de que maneira a ead será promovida, conhecendo-se realidade da situação brasileira em que a maior parte da população não possui computador e não tem acesso a Internet, e nem desenvolveu uma cultura que empregue o computador na educação.

Há ainda um outro elemento agravante, que é o elevado número de analfabetos funcionais entre a população de 15 a 65 anos, já que para parte desse público está sendo pensada e oferecida a educação a distância. Pois, no processo de ensino a distância, é necessário que o aprendiz tenha um grau mínimo de autonomia para poder construir de forma significativa o conhecimento, sendo indispensável para isso o desenvolvimento de uma leitura crítica.

Quanto à legislação educacional, também há um incentivo nos textos legais para com o uso das NTCIs tanto no processo de educação a distância, quanto no ensino presencial. Tal afirmação pode ser encontrada nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) que atribui às NTCIs, um enorme potencial para o enriquecimento tanto do currículo, quanto para melhoria da qualidade no ensino presencial. Assim, fazem parte das metas do PNE, equipar escolas com computadores e aparelhos de vídeo e televisão, bem como capacitar em até cinco anos 500 mil professores para o uso efetivo da tv e do computador na sala de aula.

Entretanto, para Barreto (2001) é preciso fazer uma análise quanto aos modos em que as novas tecnologias têm sido incorporadas aos processos educacionais. Pois, para ela há um determinismo tecnológico sobre o uso das novas tecnologias na educação. Esta autora

conclui que as tecnologias não são neutras e são a materialidade de uma determinada cultura e está a serviço de quem é detentor do poder. Ela propõe também que deve ser analisado o modo como as tecnologias são incorporadas nos processos de Comunicação e Pedagógico que não se dão de forma igual entre os seus atores.

Logo, pode-se inferir que as novas tecnologias vieram transformar radicalmente o processo educacional, pois anteriormente o espaço e o tempo de ensinar eram determinados e as novas tecnologias por meio de seus atributos como a virtualidade e interatividade, trouxeram novas dimensões à educação. Assim ocorre a diversificação do local de aprendizagem, em que nem mesmo é preciso que o aluno venha se deslocar para o espaço físico da instituição de ensino, já que o conhecimento pode ser acessado através das inovadoras tecnologias. Todavia, deve-se atentar tendo a ciência de que as tecnologias sempre estão a serviço de um determinado grupo de pessoas e não devem em hipótese alguma ser incorporadas ao processo educacional sem uma condição crítica.

Capítulo 3

A Inclusão da EAD na LDB e as Políticas Públicas

É inegável que a regulamentação da educação a distância por meio de sua inclusão na legislação educacional, não apenas no artigo 80º da LDB - Lei e Diretrizes e Bases, mas também por meio de diversos pareceres e portarias simboliza que é dado um novo paradigma para a modalidade. Pois, demonstra que interessa aos governantes a sua implantação por ser mais barata aos cofres públicos e também para atender a crescente demanda pela educação, especificamente, na educação superior. Este capítulo abordará os principais itens da educação a distância encontrados nos textos da legislação educacional, em que tendem a trazer implicações não somente nesta modalidade, mas também para a educação presencial. Também pretende-se abordar a respeito das políticas públicas para esta modalidade, já que implica em questões como a democratização da informática, materiais e modelos para a EAD.

3.1 As características da educação a distância a partir da legislação

Segundo Preti, sem mencionar a EAD no ensino supletivo, as discussões sobre educação a distância no Brasil, ocorreram em 1986 por um grupo de especialistas do MEC e do Conselho Federal de Educação, com a direção do professor Arnaldo Niskier, em que visava-se a possibilidade da implantação de uma Universidade Aberta. Esta comissão de especialista produziu um documento chamado *Ensino a Distância, uma opção – proposta do Conselho Federal de Educação*. Preti afirma que neste documento, a EAD é vista como alternativa para a democratização do ensino no país, com a perspectiva de acesso à educação com qualidade. Ele cita que foram implantadas diversas experiências de EAD ao longo destes 20 anos. Porém estes programas sucumbiram por mudanças governamentais que não davam continuidade aos programas, por faltar nestes programas acompanhamento aos alunos e porque os materiais foram desatualizados.

De acordo com Filho (2003) a inclusão da modalidade da educação a distância na legislação educacional, constitui um avanço significativo já que a tira do caráter de uma educação supletiva, voltada em geral para as classes desfavorecidas economicamente e a coloca em igualdade com a educação presencial. Pois já agora de acordo com a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é permitido o oferecimento desta modalidade em todos os níveis de ensino, exceto no Ensino Fundamental regular, em que esta deve ser incentivada como complemento da educação.

De acordo com esse autor, a legislação da educação a distância está estruturada em três eixos: um primeiro, voltado ao credenciamento da instituição que oferece a EAD, o segundo voltado para construir a definição da EAD e ou terceiro relacionado à análise do conteúdo ofertado nesta modalidade de educação vinculado à cada área específica. No entanto, para ele, algumas questões estão em aberto quanto à legislação como:

Quanto ao eixo do credenciamento, qual o conteúdo e o alcance da prática do credenciamento? Qual é o conceito de sede no âmbito da EAD? Como compatibilizar a autonomia universitária com esse procedimento?

Quanto ao eixo de concepção, Como operar novos modelos a partir de uma gestão acadêmica em que o conceito de organização temporal é tradicionalmente tão arraigado? Como impedir que os núcleos e secretarias de EAD das instituições de ensino não se transformem em guetos? Como superar o modo de organização taylorista do trabalho dos cursos presenciais para outro modelo de gestão radicalmente diferente?

Quanto ao eixo dos conteúdos, os conceitos de disciplina e currículo, adotados de forma quase natural e, ao mesmo tempo, tão pouco crítica, são adequados? Por que e como quantificar a possibilidade de uma oferta parcial na modalidade: percentual de disciplinas, de carga horária? Como contar a carga horária e a produtividade de docentes e discentes, ou seja, como quantificá-las e qualificá-las? (FILHO, 2003 p.22)

Filho afirma que o texto do artigo 80º da LDB, não se preocupou em definir legalmente o que é a EAD, mas em estabelecer critérios para liberar credenciamento para as instituições que oferecem essa modalidade e criar controle de qualidade e de avaliação, sendo portanto competência da União em colaboração com os demais sistemas de ensino. Entretanto, um aspecto que tem gerado controvérsia, é o fato de não estar claro no texto da LDB sobre a condição para autorização para a instituição, que terá que buscar autorização em cada sistema de ensino do país para atuar em território nacional. Para Filho, esta interpretação inviabiliza a oferta de cursos de educação a distância com qualidade.

“uma das interpretações mais correntes e que, sem dúvida inviabiliza a oferta de cursos a distância de qualidade é a que estabelece a necessidade de uma instituição

buscar, em cada sistema, a autorização de funcionamento” (FILHO apud FILHO, 2003 p.29)

O texto da LDB também prevê custos de transmissão reduzidos aos canais comerciais de radiodifusão sonora de sons e imagens, a concessão de canais para fins exclusivamente educativos, a reserva de tempo mínimo isento de custos pelos concessionários de canais comerciais e a realização de programas de capacitação para professores em exercício do Município, Estado e União, utilizando também a EAD.

Quanto ao credenciamento das instituições e autorização de cursos, a lei prevê que podem ofertar cursos a distância, tanto instituições novas quanto as instituições que já estavam credenciadas para o ensino presencial. Todavia, para a instituição obter sua autorização para credenciamento, uma série de exigências deveriam ser cumpridas como por exemplo, a exigência de todas as instituições de ensino superior a elaborarem um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). É exigido também para a capacitação docente, a titulação e a organização didático-pedagógica específica para a EAD, em que esta capacitação deve ser recomendada para os professores responsáveis por disciplinas e outros conteúdos curriculares, para tutores e instrutores e os demais profissionais da Informação e Comunicação que estão comprometidos com o curso. Também é exigido um grau de infra-estrutura como instalações de equipamentos, recursos tecnológicos de informação e comunicação, bibliotecas e patrimônios bibliográficos, podendo inclusive serem virtuais; também é exigido que as avaliações dos cursos realizadas pelos alunos sejam presenciais, bem como o curso dispor de aulas práticas com laboratórios, estágios e outras atividades extracurriculares.

Filho menciona que:

No âmbito da graduação, é importante destacar a possibilidade de ofertas de disciplinas não-presenciais em cursos presenciais reconhecidos em conformidade com a portaria 2.253 de 18 de outubro de 2001, mesmo em instituições que não estejam credenciadas para a oferta de ensino a distância. Na verdade, embora a portaria não assuma tal fato, ao permitir que instituições não credenciadas para a oferta de EAD introduzam na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não-presencial, respeitando a realização de avaliação presencial e o limite de 20% do tempo previsto para a integralização do respectivo currículo, a portaria acabou criando um patamar numérico que,

uma vez ultrapassando transforma um curso presencial em não-presencial, ou seja, a distância. (FILHO, 2003, p.20)

Sobre esse aspecto da portaria, gostaria de alertar para o equívoco de algumas instituições particulares de ensino, mencionadas, em entrevistas, por profissionais que atuam em EAD, pois estas reduzem a carga horária do professor e disponibilizam a disciplina na modalidade a distância, porém sem o devido critério de qualidade exigido para a construção do conhecimento e reduz a renda do profissional da educação. Para Filho, esse decreto trata a oferta parcial de disciplinas não-presenciais sob a ótica do experimentalismo e contraria a recomendação do PNE, que incentiva a busca de uma articulação entre o ensino presencial e o não-presencial.

Abaixo, encontram-se algumas pontuações sobre a legislação da educação a distância em cada modalidade de ensino dentro do contexto da legislação:

No Ensino Fundamental, Supletivo e Médio, a legislação educacional prevê que é da competência dos sistemas estaduais e quando houver municipais, o credenciamento, a autorização, o controle e a avaliação desses cursos a distância. Para o Ensino Fundamental, a LDB propõe que o uso da EAD seja feita como forma de complementação do ensino regular. Porém, a respeito do Ensino Supletivo, especialmente no Ensino Fundamental, o PNE propõe que deve ser ampliada a oferta desses cursos, com ênfase especial no potencial dos canais radiofônicos especialmente para as populações rurais. O PNE propõe que os cursos de Ensino Médio devem ser promovidos com a colaboração da União e dos Estados e em parceria com instituições de Ensino Superior.

No Ensino Profissional e Tecnológico, é da competência da União, credenciar, autorizar, baixar normas e avaliar tais cursos a distância. O PNE, também propõe que esses cursos podem ser produzidos ou difundidos em parceria com o Ministério da Educação, com empresas, escolas técnicas ou os Serviços Nacionais de Aprendizagem

No Ensino de graduação, é de competência da União, credenciar, autorizar, controlar e avaliar programas de educação a distância do nível superior, podendo as federações estaduais ou municipais fazê-lo quando somente as instituições forem pertencentes ao seu sistema de ensino.

Na Pós-graduação, strictu sensu e lato sensu por meio de uma resolução do CNE, Conselho Nacional de Educação de 01/04/2001, o inciso 2º prevê que a autorização do

curso de pós-graduação, strictu sensu, aplica-se tão somente ao projeto aprovado pelo CNE, fundamentado em relatório da CAPES, Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Infra-estrutura, a portaria ESD/SESu 335/2002 menciona que a instituição que oferecer cursos a distância, deve não só disponibilizar recursos humanos e educacionais necessários, mas também deve montar uma infra-estrutura física proporcional ao número de alunos, com recursos tecnológicos como vídeos, aparelhos de televisão, computadores, aparelhos telefônicos, serviços de tutoria com uma linha de 0800 e via Internet, áudio-cassete, impressoras, videoconferências, etc.

O texto menciona ainda que se a instituição que oferece o curso tiver alunos distantes de sua sede, esta deverá construir unidades ou centros para que estes alunos tenham os mesmos recursos pedagógicos e de infra-estrutura do que os alunos que residem próximo à sede.

Ensino Presencial, No texto da LDB, no artº 4º, há a possibilidade de os cursos presenciais poderem aceitar transferência e os créditos obtidos pelo aluno que estudou parte do curso a distância, como também o contrário, os cursos de ensino a distância poderão aceitar alunos que realizaram parte de seu curso presencial, aceitando seus créditos aprovados. A portaria 2.253 de 18/11/2001 também prevê no seu artº 1º, que as instituições de ensino superior do sistema federal de ensino poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular, a oferta de disciplinas que de forma parcial ou total poderão utilizar métodos não-presenciais, desde que não ultrapasse o valor de 20% do tempo previsto da integralização do curso.

Credenciamento, o texto da LDB propõe que o credenciamento das instituições e a autorização dos cursos terão prazo de validade de cinco anos e poderão ser prolongados por igual período, por meio de avaliação. A avaliação será feita por meio de critérios de qualidade

Avaliação das Instituições, será feita por meio de critérios e indicadores de qualidade elaborados pelo MEC. Conforme artº 9º da LDB, o poder público divulgará periodicamente, a relação das instituições que estão credenciadas, recredenciadas e também os cursos e programas de EAD autorizados.

Emissão de diplomas, a legislação da LDB prevê que em qualquer nível de ensino, os cursos que emitirão diplomas de conclusão deverão ser oferecidos por instituições sejam elas públicas ou privadas que estiverem credenciadas para esse fim.

A partir deste breve histórico sobre os principais fatores da legislação referentes à EAD, percebe-se que esta já não poderá ser ignorada pelos profissionais da educação, pois dentre os seus aspectos normativos, pode-se destacar dois itens que tem implicações diretas em todo o sistema educacional, o primeiro, localizado no artigo 80º que permite que os alunos de cursos de graduação presencial, possam cursar até 20% de sua grade curricular a distância e o segundo que encontra-se nas metas do PNE - Plano Nacional de Educação, que é o incentivo à integração das NTCIs às práticas educativas não apenas na EAD, mas também na educação presencial. É portanto, por meio destes itens que tenta-se responder de que maneira a EAD pode contribuir para a melhoria da educação e quais são as conseqüências destes itens à profissão docente.

3.2 As Políticas Públicas em EAD

A partir do processo globalização, os organismos financeiros Internacionais, como o FMI e banco mundial, passaram a exercer influência e pressão não apenas nas questões financeiras dos países em desenvolvimento, mas também em questões sociais. Desta maneira, estes órgãos financeiros internacionais procuram, a partir do mercado regular, as questões sociais incorporando a essas discussões a idéia de ineficiência e produtividade.

De acordo com Lima e Hetknowski (ano) o elo do interesse das políticas neoliberais entre economia e educação, reside no fato de que as novas exigências sociais requerem mão-de-obra qualificada, escolarizada e econômica. Desta maneira, é direcionada à escola por meios destes órgão, políticas educacionais que atribuem aos problemas educacionais meras questões técnicas abordadas sob o eixo eficiência- ineficiência.

Para Lima e Hetknowski, as políticas neoliberais não vêem os problemas educacionais como conseqüência das desigualdades econômicas, mas como problemas de

gestão que não é eficiente. Assim, pode-se inferir que no processo de globalização tem ocorrido a mundialização do capital, em que vincula à redução da intervenção do Estado Nacional, a qual deve ser mínima e ser submetida à regulação do capital global.

Pretto, ao analisar questões da globalização e da política infere que o processo de globalização não é apenas econômico, mas de diversificação, a qual uma das diversificações são os avanços das NTCIs:

As particularidades, as individualidades, passam a ser os elementos básicos e fundamentais para podermos compreender esses movimentos. Assim como Boaventura Santos, considero que não podemos falar em globalização, no singular, como sendo um processo inexorável e que nos resta acompanhar. Ao contrário, as possibilidades tecnológicas, em especial com o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação, possibilitam-nos entender todo esse processo e o papel da escola neste contexto. (Pretto, Revista de Educação , vol X n.01, 2001, departamento de Educação da F. C. da U.L., pag. 09)

Um fato que denota de forma clara este avanço tecnológico da comunicação e da informação é a criação pelos pesquisadores do MIT – Massachussets Institute of Technology de um tempo específico para a Internet, um tempo considera do global por eles, que é subdividido o dia entre o real e o virtual.

Ao analisar o processo de globalização, Pretto afirma que há uma desregulamentação dos setores da comunicação e da informação que tendem a pressionar os governos locais para as mudanças expressivas nas políticas e na legislação. Com isso, o autor infere que a escola passa a sofrer pressão e influência de governos, empresas e órgãos nacionais e internacionais para que se pensem as políticas públicas para a tal.

Segundo ele, a escola sofreu pressões de interesses externos na escolha dos livros didáticos, em que tal escolha era centralizada e ao invés de atender aos interesses dos atores da educação, os professores e profissionais da escola, atendiam aos interesses das grandes editoras. Atualmente, com a inserção das NTCIs, este autor novamente denuncia a mesma centralização das políticas públicas na educação:

É exatamente, a meu ver, o ponto central da análise que temos que fazer se falamos na introdução das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas Como a introdução dessas tecnologias demanda uma soma muito grande de recursos; elas, de certa forma, trazem consigo uma pressão para a obtenção de resultados imediatos. Esse tem sido o caso da implantação destes projetos no Brasil e, creio, corresponde também ao que vem acontecendo noutros países. Mais uma vez se observa

a repetição de velhos métodos, só que, agora com novas tecnologias. Esta pressão por resultados imediatistas tem feito com que computadores, softwares, produtos multimídia, sejam produzidos e introduzidos como mera substituição dos antigos livros didáticos. (Pretto, Revista de Educação, vol X n.01, 2001, departamento de Educação da F. C. da U.L., pag. 11)

Portanto, percebe-se que há a mesma centralização das políticas públicas e a intenção da mera substituição dos livros por softwares, surgem também empresas que oferecem serviços de consultoria para os governos, sob a ótica de terceirização dos serviços educacionais, agora abarcados pelos aparatos da informação e da comunicação.

Portanto, também aqui se observa – como não poderia deixar de ser – uma enorme pressão do mercado para a introdução destas tecnologias e isso ocorre como parte das estratégias para a própria ampliação desse mercado. Além disso, como num primeiro momento não se sabia muito bem o porquê e o para que da introdução dessas tecnologias na educação, começamos a ver a proliferação de empresas e de políticas públicas em busca de um acerto de contas com a história contemporânea. Isso acontece em países como o Brasil mas, parece ser o lugar comum na introdução das tecnologias na escola em todo o mundo. (Pretto, Revista de Educação, vol X n.01, 2001, departamento de Educação da F. C. da U.L., pag. 12)

Pretto (2001) afirma que juntamente com as NTCIs, tem-se trazido a tona a discussão sobre a EAD e a Informática educativa, em que segundo ele, tem sido analisada sob mesma ordem economicista já ocorrida na educação brasileira, em que se tem dado prioridade na execução dos programas destas duas áreas, baixa relação de custo benefício e o alcance de maior número de pessoas.

Mencionado por Pretto, os objetivos da Banco Mundial são: a avaliação externa da educação, a descentralização administrativa, a diminuição de custos educacionais, inserida aí está a cobrança de taxas para os níveis mais altos e a flexibilização. Na flexibilização vem embutida a ela, propostas como o oferecimento de mais treinamentos aos professores e a diminuição de uma base sólida na formação de professores. É dada prioridade a uma formação aligeirada e também mais barata, em que se tem como exemplo, a capacitação em serviço a distância e cursos rápidos. Para este autor, a justificativa dessas políticas se encontra na idéia de que a atuação dos alunos, já não dependem da formação dos professores e sim de pacotes instrumentais.

O autor conclui que não se deve rejeitar o uso de softwares educacionais e a qualificação dos professores para seu uso. Mas sim, a diferença com que redes softwares são tratados, pois para ele, o que deveria ocorrer seria a democratização do informação e a discussão para que se garanta políticas públicas eficientes que garantam o acesso aos serviços de comunicação e informação, em busca de diminuir os problemas das desigualdades sociais. Assim, deveria haver não apenas acesso à rede, mas também sólida preparação dos professores.

Desta maneira, nota-se que as políticas públicas para a educação a distância são de suma importância para que esta modalidade seja de fato um instrumento que venha a contribuir para a democratização de ensino. Todavia, estas políticas deverão ser elaboradas de forma que venham a favorecer tal democratização, investindo nas potencialidades da educação a distância. Não se deve portanto, utilizar o discurso das políticas neoliberais, vendo na EAD uma forma de dar conta das mudanças sociais advindas pelas TICIs e utilizá-la a serviço do Capitalismo.

Assim, ao implantar políticas públicas eficientes para a EAD que venham de fato contribuir para a democratização e a melhoria do ensino, é necessário que não somente os governantes, mas administradores, tutores, professores pensem sobre qual deve ser seu papel nesta modalidade. Outro fator determinante na elaboração de políticas públicas para a EAD, é a compreensão do seu público, ou seja, pensar sobre quais são os sujeitos participantes da modalidade.

Deve-se pensar ainda qual deve ser o papel das TICIs nesse processo de ensino e de forma alguma deve-se entendê-las como substitutas do professor, mas como seu auxiliar, como um instrumento facilitador do processo de educação, por meio da articulação entre educação e comunicação.

Capítulo 4

O Caso do Consórcio CEDERJ: O que pensam alguns profissionais

Este capítulo abordará o caso Cederj, a partir da análise das entrevistas realizadas com os diferentes profissionais a respeito de questões como a melhoria da educação, a democratização do ensino e quanto à profissão docente. A entrevista foi realizada com administradores, diretores, professores e tutores e encontra-se em ordem hierárquica, cujo questionário encontra-se em anexo. A escolha da iniciativa do Cederj se justifica pelo fato de que ela é a primeira grande experiência de EAD surgida logo após a sua inclusão nos textos legais da educação. A princípio, esta instituição tinha como objetivo, dar conta do cumprimento do artigo da LDB que previa a formação de curso superior para os professores de formação com Normal. Todavia, seu objetivo se ampliou para também atender à carência de professores nas áreas de Matemática, Física e Biologia. Assim, a partir desta iniciativa pretende-se responder se a EAD pode proporcionar a democratização e a melhoria na educação, e também se com o incentivo da EAD ocorre a desvalorização do docente.

4.1 Um breve histórico da Fundação

O CEDERJ– Consórcio de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro nasceu por volta de 2000 a partir da assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as Universidades Públicas do Estado e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro. O CEDERJ iniciou suas atividades como um projeto e somente em 2002 ele foi incorporado a então Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (CECIERJ), tornando-se um órgão desta Fundação. O consórcio Cederj atende atualmente 10 mil alunos nos cursos de graduação e outros 10 mil alunos em cursos de extensão ou de capacitação de professores.

As universidades consorciadas

As IES que compõem o CEDERJ são as seis universidades públicas sediadas no Estado - UENF, UERJ, UFF, UFRJ, UFFR e UNIRIO, que têm como o objetivo

fundamental promover a democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade. O ingresso aos cursos de graduação é feito por meio de aprovação no concurso do vestibular do consórcio Cederj. Para cursar a graduação, o estudante não precisa sair de sua cidade, pois o curso e o vestibular serão baseados no ensino aprendizagem semipresencial. O consórcio Cederj, tem como finalidade aplicar um sistema rigoroso de transmissão e avaliação de conhecimentos. Possui um sistema que integra momentos presenciais e a distância e que utiliza, em sua metodologia, quatro suportes fundamentais:

- material didático preparado para educação a distância;
- atendimento tutorial, composto pela tutoria presencial e a distância;
- processo de avaliação presencial nos pólos regionais;
- uso dos laboratórios de disciplinas como informática, física, biologia e química nos pólos regionais.

Os pólos regionais e o sistema de tutoria

O consórcio Cederj possui 19 pólos regionais que estão distribuídos pelo norte e sul do Estado do Rio de Janeiro. Os mesmos estão localizados em municípios como de Angra dos Reis, Bom Jesus do Itabapona, São Fidélis, dentre outros. Essa referência física para os alunos do curso a distância, têm a finalidade de oferecer uma infra-estrutura para atender aos alunos em serviços de tutorias presenciais ou a distância, pois, o espaço possui salas de aulas, bibliotecas, laboratórios e computadores. Nos pólos também são realizados, além das aulas presenciais, seminários e cursos de extensão como por exemplo de informática educativa. A tutoria atende em média até 200 alunos por disciplina.

O aluno do Cederj

O consórcio já teve 5 vestibulares, correspondentes aos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005. O índice de evasão do curso a distância é de em torno de 30%, no entanto, esse número aumenta ou não de acordo com as características de cada curso, seja ele presencial ou a distância. Por exemplo os cursos de Matemática e Física tem alto índice de evasão, tanto presencial quanto a distância, devido a diversos fatores.

Cabe ressaltar, que o aluno do Cederj é, na realidade, um aluno regularmente matriculado em uma das universidades públicas consorciadas, onde varia apenas o curso e o pólo regional a que este aluno está vinculado. Por isso, recebe o diploma equivalente dos alunos presenciais dessas universidades. O sistema de avaliação de conhecimento e a transmissão de conhecimentos são integrados em regime presencial e a distância.

Os cursos de Graduação a distância do CEDERJ

O consórcio Cederj oferece os cursos de graduação a distância de, Tecnologia da Computação, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Matemática, Pedagogia para as séries iniciais e Licenciatura em Física, onde cada curso é coordenado por uma Universidade consorciada e apresenta as seguintes características:

- **Tecnologia da Computação**

Universidade: UFF

Objetivo: formar profissionais com competência para instalações de redes locais, desenvolver pequenos programas, instalar sistemas operacionais para máquinas, promover manutenção de banco de dados e criar e fazer manutenção de sites na Web.

Duração: máxima de 12 semestres e mínima de 6 semestres e tem uma carga horária com total de 2080 horas, com disciplinas entre 45 e 120 horas.

- **Licenciatura em Ciências Biológicas**

Universidades: UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense e pela UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Objetivo: formar professores de Ciências e Biologia que sejam conhecedores de seu papel no processo de ensino e aprendizagem. O curso é composto de estudos teóricos e práticos, a fim de fornecer ao trabalho do professor, uma sólida formação pedagógica, com o objetivo de lhe proporcionar vivência crítica do processo ensino-aprendizagem dessa região e sólidos conhecimentos da diversidade dos seres vivos, e suas relações filogenéticas, evolutivas e com o meio ambiente. Deve conhecer também, a biologia do homem e seu papel de agente transformador da natureza. O aluno deverá ainda, ter a capacidade de integrar os conteúdos específicos com a vida cotidiana, deverá ser capaz

de atuar como educador em Biologia e em Ciências nas modalidades do Ensino Fundamental e Médio.

Duração: a carga horária do curso é de 3330 horas, com 8 períodos e disciplinas entre 45 e 120 horas.

A metodologia do curso se baseia em atividades semipresenciais, por ser a ciência biológica estruturada uma peculiaridade experimental. Além das atividades a distância, há atividades práticas de laboratórios e/ou atividades de campo solicitadas por várias disciplinas do curso, as quais devem ter a presença obrigatória dos alunos de 75% das atividades. Tais atividades são realizadas nos pólos regionais dos cursos. A prática é realizada em escolas de Ensino Fundamental e Médio e visa-se também utilizar de metodologia com trabalhos coletivos. A interdisciplinariedade também é abordada em sua metodologia, interagindo conhecimentos da física e da química.

- **Licenciatura em Matemática**

Universidades: Instituto de Matemática da UFF, todavia, as disciplinas de Física oferecidas aos alunos são de responsabilidade do Instituto de Física da UFRJ e as disciplinas didático-pedagógica oferecidas aos alunos do consórcio são de responsabilidade da Faculdade de educação da UERJ.

Duração: a carga horária do curso é de 2940 horas, com disciplinas de carga horária entre 60 e 120h, organizada em 8 períodos, com a grade organizada para alunos que dispõem de tempo integral. No entanto, há uma segunda opção para os alunos que não dispõem desse tempo.

Objetivo: promover ao estudante uma sólida compreensão de conceitos elementares de Matemática, propor a evolução histórica de Matemática, promover um relacionamento entre os vários campos de Matemática, promover uma interação com outras áreas do conhecimento, o uso de novas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem e a articulação entre teoria e prática.

- **Licenciatura em Física**

Universidades: Instituto de Física da UFRJ, as disciplinas de Matemática são de responsabilidade do Instituto de Matemática da UFF e as disciplinas didático-pedagógicas, cabe à Faculdade de Educação da UERJ coordenar.

Objetivo: garantir aos alunos que dele egressam, uma sólida formação dos conteúdos específicos de Física, uma formação pedagógica que dê auxílio à atuação enquanto docente e uma formação de conteúdos das áreas afins. Cabe ainda à proposta do curso de Licenciatura em Física, possibilitar ao aluno a capacidade de articular propostas interdisciplinares com seus alunos e ainda, a capacidade de ter uma vivência crítica da realidade em sua região.

A estrutura do curso é semipresencial, por isso exige-se que uma parte do curso seja presencial, com frequência mínima obrigatória. Há diversas atividades práticas de laboratório e acompanhamento tutorial supervisionado pelo Professor-coordenador de cada disciplina. Cabe ressaltar que as atividades presenciais são realizadas em horários marcados por cada aluno, em acordo com a disponibilidade do autor presencial e dos equipamentos do pólo. Há um calendário preestabelecido para o atendimento de cada disciplina.

Duração: a carga horária do curso é de 3280 horas, distribuída em 9 períodos, com disciplinas de carga horária entre 40 e 120h. Os 9 períodos são direcionados para uma parcela do público-alvo do curso que dispõe de tempo integral. No entanto, há uma segunda opção alternativa, direcionada aos alunos que não dispõem de tempo integral para o curso, podendo esse aluno construir sua grade curricular em seu ritmo.

A partir das informações dos cursos de graduação do Consórcio do Cederj, pode-se concluir que o curso é bastante completo, com uma grade curricular compatível a um curso de ensino presencial. No entanto, nos cursos a distância do Consórcio, os alunos são orientados para que desenvolvam uma postura diferente do aluno que estuda presencial. Pois, lhe é chamada atenção de que o bom desempenho do curso, depende não só da estrutura organizacional e pedagógica do curso, mas também do aluno, que apesar de estudar a distância, precisa dedicar tempo aos seus estudos. Outra característica importante do curso, é que como todo curso a distância, pode ocorrer a flexibilidade de tempo para esse aluno integralize seu curso.

Cabe ressaltar também a metodologia que utiliza para os materiais pedagógicos e apoio pedagógico aos alunos, diferentes mídias como a Internet, o telefone e o material impresso. Assim, sabendo que os alunos atendidos pelo consórcio, são de regiões mais pobres do Estado do Rio de Janeiro, a utilização de outros recursos que não seja somente o uso do computador, é de extrema importância. Pois, sabe-se que alguns alunos do curso somente têm acesso ao computador por meio dos pólos regionais, e outros alunos residem longe dos pólos.

Sobre os pólos regionais, cabe mencionar que estes são vistos pelos alunos como a própria Universidade desses alunos. Já que eles constituem a estrutura física e não virtual dos cursos do Consórcio. Assim, os pólos são um grande recurso em que os alunos podem recorrer para tirar dúvidas com os tutores presenciais. Os tutores também constituem uma parte importante da estrutura do curso, já que são os mediadores entre os alunos e os conteúdos de aprendizagem. Portanto, esses recursos não permitem ou amenizam o isolamento do aluno que estuda a distância, servindo de um auxílio na motivação de seus estudos.

- **Pedagogia para os Anos Iniciais - PAIEF**

O curso é coordenado pela UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e pela UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este curso fundamenta-se na educação inclusiva, em sua forma mais ampla, buscando promover a erradicação de todas as formas de discriminação sócio-culturais, físico-psicológicas e político-econômicas. O curso pretende formar profissionais para atuarem nas séries iniciais do Ensino Fundamental, que estejam aptos a confrontar sua prática com as teorias. O objetivo do curso é formar um educador comprometido com a educação, que saiba refletir sobre sua prática, a qual esta deve estar fundamentada nas quatro grandes áreas do conhecimento relativo à prática educativa, Fundamentos, Linguagens, Ciências Sociais e Ciências Exatas e da Natureza. Portanto, a organização curricular do curso, estrutura-se com base nestes eixos, onde aborda questões relacionadas ao Homem, à sociedade e à transformação, a qual é resultante da interação homem e natureza.

No ano de 2005, o curso possui 1185 alunos inscritos distribuídos pelos pólos regionais. A carga horária do curso é de 2200 horas, distribuídas em 6 períodos. As disciplinas do curso estão estruturadas por carga horária que variam de 30 à 60 horas. Semelhantemente como nos demais cursos oferecidos pelo consórcio, a avaliação é a distância e presencial. Por ser um curso a distância, há orientação para o aluno de que seu desempenho será regulado pelo tempo que ele se dispõe para dedicar ao curso. O aluno é orientado a seguir o cronograma preestabelecido na execução das tarefas. Todas essas orientações são feitas, considerando as características do curso a distância, que é a flexibilidade de tempo e de integralização.

4.2 A Democratização e a melhoria do Ensino

Sabe-se que no Brasil, há uma série de problemas a serem resolvidos em nosso sistema educacional. Um desses problemas trata-se da disparidade educacional entre os grandes centros e cidades rurais ou periféricas. Outro problema é a carência de vagas para o nível superior, principalmente em universidades públicas. É por isso que no sistema educacional brasileiro, a educação a distância não só é vista para dar conta de todas as mudanças ocorridas pela inserção das Tecnologias da Informação e da Comunicação na sociedade, mas também como uma alternativa para solucionar antigos problemas que ocorrem em nosso modelo de educação. Um exemplo disto, é como a EAD vem sendo utilizada para a formação inicial de professores que ainda não possuem o ensino superior.

Ao analisar os textos legais sobre da EAD a respeito da ampliação da educação, Rover afirma que eles começam a tratá-la como parte de uma estratégia de ampliação para democratizar a educação, em que até mesmo algumas instituições conceituadas têm oferecido cursos a distância. No entanto, faltam profissionais capacitados nessa área.

Das análises das falas dos entrevistados, é possível verificar as implicações da EAD para a nossa sociedade. A partir da questão *Quais são as implicações da EAD para nossa sociedade?* percebe-se que eles acreditam que esta pode ser um instrumento de democratização para o processo educacional

Entrevistado A

“Trata-se da questão de oferecer oportunidades a pessoas que de outro modo, não poderiam ter acesso ao conhecimento, democratizar o conhecimento. A modalidade de educação a distância possibilita que pessoas que estão isoladas dos grandes centros, possam ter acesso ao ensino e ao conhecimento. EAD assim, trata-se de uma questão de cidadania.”

Entrevistado C

“As implicações da EAD são significativas para a formação do professor, tendo em vista a extensão do país, que é de dimensão continental e também de grande extensão populacional. A educação presencial não dá conta para tal formação, principalmente a nível superior e em nível de instituição pública. Para exemplificar, cito o Estado do Pará, que tem apenas 2 universidades públicas, se não houver ead naquele estado, dar conta dessa formação do professor é complicado.”

Entrevistado D

“As implicações da EAD são algumas questões positivas e interessantes. Pois vivemos num país continental. Pessoas moram em lugares de difícil acesso, estamos num momento em que a volta dos bancos escolares é difícil para as pessoas que estão precisando trabalhar e não dispõe de tempo para estar na escola. A ead nos atende neste momento, mas é preciso cuidado para que a ead realmente possibilite às pessoas que não têm condições de estar cursando aulas presenciais, para que elas tenham as mesmas condições de uma educação presencial. É importante que a Ead não seja vista como um comércio, do ponto de vista do mercado, pois ela deve ter o objetivo de qualificar as pessoas e não dar lucro aos empresários do ensino.”

Entrevistado E

“Eu acho muito importante esse ensino a distância, porque possibilita que pessoas que moram longe, pessoas que têm dificuldade de locomoção, pessoas que têm dificuldades financeiras para se dirigir até uma Universidade e competir com tanta gente por uma vaga que às vezes, as pessoas não tiveram tanta chance de estudar, ou esta pessoa já está bastante tempo longe dos estudos, tenham essa oportunidade e possam cursar seus estudos. Porque essa pessoa consegue discutir questões relevantes da área da educação, no caso do curso de Pedagogia dos Anos Iniciais, no seu tempo, no seu ritmo”

De modo geral, todos os entrevistados acreditam ser a EAD um instrumento de democratização do ensino, especialmente no caso do Ensino Superior. Todavia, há detalhes encontrados na fala de alguns entrevistados que apontam para que de fato tal processo possa ocorrer, como por exemplo, se houver políticas públicas eficientes, que dêem condições concretas para o fomento das iniciativas de EAD:

Entrevistado B

A EAD abre algumas perspectivas de aumento de acesso à educação, democratização de ensino etc mas, a modalidade não pode garantir estas vantagens. Quem garante são as políticas que a envolverão. Abre também mercado de trabalho para o profissional de educação. Utilizando a EAD, como os países desenvolvidos já o fazem, a mais de 50 anos, melhoraremos o cenário perante o mundo, de quantidade de vagas e de oportunidades de acesso ao nível superior de ensino, aumentando o nosso nível de escolaridade frente a outros países.”

Outro elemento que surgiu foi o do público para quem se tem oferecido, no caso do Cederj, a educação a distância: pessoas afastadas dos grandes centros, que em geral não tiveram oportunidade de realizar sua formação superior inicial, pessoas que estão há algum tempo afastadas dos bancos escolares.

Nota-se então que há uma preocupação para que este modelo de educação não falhe ou seja executado em condições inferiores a uma educação presencial. Pois, se isto ocorrer, tal fato acarretaria numa falsa inclusão, sendo por isso tão ou mais perversa do que não garantir a esse público o acesso à educação.

Na opinião de outro entrevistado, que coordena um dos cursos do CEDERJ, as implicações da EAD são positivas e possibilitam a democratização do aumento de vagas a nível universitário no Estado do Rio de Janeiro. Para ele, a EAD produz a equidade, já que se consegue fazer chegar ao interior do Estado a educação universitária rompendo com as barreiras locais dos grandes centros urbanos.

Entrevistado B

Vejo implicações positivas, por exemplo, democratização do aumento de vagas a nível universitário de ensino público para o nosso estado. Vejo equidade já que você tira dos grandes centros e consegue fazer chegar ao interior essas experiências, vejo impacto positivo em relação a inovação. Ou seja, você aprender com as inovações de outras formas diferentes. Vejo aspecto positivo em relação ao sujeito aprendente ser forçado a buscar autonomia, a buscar sua posição de protagonista da educação, que é uma coisa que as pessoas procuram também na educação presencial, mas as pessoas teorizam um pouco e isto não acontece na realidade. Na EAD, obrigatoriamente, isso é quase que um pré-requisito. Então, vejo muitos impactos como estes que são positivos.

Filho, ao analisar os textos da legislação educacional, afirma que a crescente demanda por educação é baseada na luta de dos trabalhadores em obter acesso ao saber socialmente produzido e também para acompanhar a evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos:

Claro que essa perspectiva demanda permanente atuação do poder público no sentido de exigir a consolidação de uma qualidade que atenda aos princípios de uma educação democrática e transformadora. A EAD não pode transformar a educação num mero produto que interesse aos seus compradores (especialmente se estes forem grandes empresas). O rigor e a exigência acadêmica devem ocupar lugar central nas preocupações dos órgãos normativos e fiscalizadores dos sistemas, ao lado de um sistema adequado de avaliação externa que estimule a análise, a atualização dos cursos, a qualidade do ensino e o reconhecimento profissional e salarial dos profissionais da educação envolvidos. ” (FILHO 2003. P31).

Para Filho, a EAD é uma alternativa para atender às exigências sociais desta atual sociedade. Em análise dos textos da legislação da Ead, Filho acredita no potencial desta modalidade a ser explorado pelo país, especialmente no que se refere à democratização do acesso à educação. Assim, para possibilitar a democratização do ensino, utilizando a educação a distância, é primordial que tal ensino seja feito com qualidade.

Por isso, para que a democratização do ensino também possa ocorrer por meio da EAD, é necessário que esta seja elaborada com base em critérios de qualidade. Este é portanto, o segundo item a ser discutido, com base nas entrevistas desses profissionais do Cederj.

Diferentemente dos países desenvolvidos, em que há universidades abertas e a educação a distância é desenvolvida há algum tempo, no Brasil esta modalidade de ensino foi vista como sinônimo de Ensino Supletivo ou de aligeiramento. As experiências realizadas em EAD tanto pelas escolas radiofônicas, quanto pelas televisões educativas tiveram esse aspecto de ensino supletivo. Mas, as atuais experiências realizadas em EAD tentam eliminar esse estigma desta modalidade educacional e por isso, quando realizadas de forma séria e planejada, tentam promover uma melhoria tanto na Ead, como também no ensino presencial.

Quanto à melhoria da educação, Rover (apud Filho, 2003) aponta para o uso das tecnologias para melhorar a educação, pois segundo ele seu uso é possível e necessário. Para ele, deve-se utilizar desde o computador, a Internet até a integração de todos os demais recursos. Para ele, as tecnologias da Comunicação e da Informação podem ser utilizadas para melhorar a educação e formar professores coletivos e alunos autônomos, todavia, são os níveis de investimento que influenciarão de forma positiva ou não neste modelo de educação.

Como meta o PNE – Plano Nacional de Educação para a melhoria da educação, pretende equipar escolas com computadores e aparelhos de vídeo e televisão, bem como capacitar em até cinco anos 500 mil professores para o uso efetivo da tv e do computador na sala de aula. O texto da LDB também prevê a possibilidade de alunos de ensino presencial cursarem 20% de sua grade curricular pela modalidade a distância. Também o poder público incentivará, especialmente nas universidades, a formação de recursos humanos em educação a distância. Segundo os textos da legislação, o ensino semipresencial

e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação são interpretados como forma de melhorar a educação.

Quanto à integração entre cursos presenciais e cursos a distância, Moran faz algumas ressalvas sobre o uso das TICs na educação, como por exemplo, quais áreas do conhecimento privilegiar, quais são as disciplinas que necessitam de maior presença física. Para Moran (apud Filho, 2003), ao fazer a escolha estas questões devem ser consideradas e seria ideal que fossem oferecidas disciplinas mediadas pelas TICs, em que o professor já tivesse uma familiaridade com essas ferramentas.

Sobre a melhoria da educação, especificamente no caso da EAD, os entrevistados acreditam que para proporcionar a melhoria da educação a distância, devem ser considerados os modelos de EAD, deve-se conhecer o público para quem se oferece o curso e todos acreditam que a EAD contribui para a melhoria do ensino, como visto a partir da pergunta: *Como a EAD pode ser um instrumento de melhoria na educação?*

Entrevistado A

Se a ead está sendo oferecida em um local em que as pessoas não têm acesso a Internet, esse modelo não se deve utilizar o computador então. Esse é o primeiro elemento que determina a tecnologia que será utilizada no curso para promover o ensino-aprendizagem.” Eu vejo que as pessoas que praticam ead, elas de alguma maneira são obrigadas a ver a educação de uma maneira mais conjuntural, mais totalizadora. Porque no processo de ead, todos os atores são importantes. Principalmente, o estudante que é o ator principal em que em torno dele, devem ser colocadas todas as condições para que se consigam fazer um processo de qualidade e isso em outros tipos de ensino que são presencial e professoral, há um certo desleixo em relação a ver o aluno como centro do processo de ensino aprendizagem.

Outra coisa que a ead pode trazer de contribuição para a educação, é o processo de avaliação. Pois um processo de ead não sobrevive ou não tem qualidade, se não acontecer um processo de avaliação permanente, do ponto de vista institucional. Tem que verificar, quais são os acertos, quais os equívocos, o tempo todo, é uma calibragem. Então essa filosofia de avaliação na ead, certamente vai ter reflexo de maneira global na educação. Outra coisa, é que os profissionais que trabalham em ead, eles nunca mais serão os mesmos por terem entrado em um processo tão rico como é a ead.”

Entrevistado B

“A EAD deve ser constituída sobre os pressupostos da qualidade de ensino/educação. Deve surgir de uma necessidade de se utilizar essa modalidade de ensino, com planejamento responsável, financiamento adequado. Esse planejamento deve ser sob os auspícios de um Projeto político-pedagógico, que privilegie a interdisciplinaridade e a integralidade dos conteúdos. A equipe deve conhecer, e ser muito bem treinada, nessa modalidade e o sistema de tutoria, e de avaliação devem funcionar como sub sistemas reguladores da qualidade de ensino, e do controle da desistência. O material didático deve seguir a linguagem e o formato próprio da EAD. A tutoria deve ser ativa e não passiva, incentivando o aluno a ser

independente intelectualmente, preparando-se para educação continuada e permanente.”

Entrevistado B'

“As modalidades são diferentes, mas os objetivos são os mesmos, promover uma educação de qualidade, fazer com que as pessoas aprendam de forma significativa. Mas a melhoria vem da forma que possa prover uma EAD, de qualidade, não modismo, alguma coisa que seja pra ficar e não apenas uma coisa que seja a questão da moda, que está em outros países. Mas que seja uma coisa presente, uma alternativa verdadeira na realidade do estado.”

Entrevistado C

“*Varia da forma como ela é feita e melhora a educação, se for em modelo semipresencial. Cito o paiéf e menciono o sistema de tutoria presencial e a distância. Acredito que os pólos são muito importantes por propor um acompanhamento, porque acredito nas características culturais do Brasil, que não tem uma disciplina rígida como a dos europeus, em que os cidadãos são muito comunicativos. Logo, tudo isso deve ser considerado no curso a distância.*”

Entrevistado D

“A melhoria da educação é feita, no momento em que ela possibilita a um número maior de pessoas terem acesso à educação. Considerando que a ead tem os princípios de um ensino individualizado, ela vai possibilitar a cada um estudar no ritmo, em seu tempo, de acordo com suas possibilidades e conveniências, por isso, um ensino mais proveitoso. Mas, para isso, é importante que a Ead ofereça diferentes procedimentos, mais caminhos para que o aluno construa seu próprio conhecimento. O aluno deve verificar quais caminhos oferecidos, quais dessas práticas oferecidas, melhor lhe ajustam a ele, para que possa de fato construir seus conhecimentos.”

Entrevistado E

“No Ensino presencial, também o professor costuma adotar metodologias da EAD, ao pedir uma tarefa para fazer em casa, pedir para enviar trabalho por email, etc. A tendência é que haverá muitos cursos de EAD. Um curso semipresencial ajudaria a EAD a ser mais divulgada e eliminaria preconceitos que as pessoas têm de fazer um curso a distância.”

Os entrevistados demonstram sua posição acerca da melhoria da Educação a partir da pergunta: *A EAD desvaloriza o professor?*

Entrevistado A

“Como no presencial na distância também pode acontecer, em que as pessoas vão fazer coisas que irão desvalorizar seus próprios profissionais, vão fazer coisas que o mercado vai dizer que é de baixa qualidade. Porque quem vai dizer se os profissionais são de excelência ou de baixa qualidade, é exatamente a inserção deles no mercado de trabalho. No caso do Cederj, temos indicadores que mostram que os profissionais são de alta qualidade, em que muitos são extremamente competitivos e já até passaram em concursos. O que pode fazer diferença não é a ead em si, mas as pessoas que estão a frente dos modelos de educação é que pode fazer a diferença. Certamente no caso do ensino superior, o setor público está mais preparado para oferecer uma educação a distância de qualidade uma vez que ele já oferece um patamar de excelência para a educação pública presencial.”

Assim, ao verificar as respostas dos entrevistados, nota-se que alguns itens são mencionados para que a EAD contribua para a melhoria da educação, como por exemplo:

- Planejamento e financiamento adequado;
- Tecnologia adequado ao público e disponibilidade de pólos de atendimento e tutoria;
- Promover uma educação com uma visão totalizadora, integrando as modalidades presencial e a distância;
- Não prescindir da participação ativa do aluno e também oferecer-lhe diferentes procedimentos de ensino, para que o mesmo construa seu conhecimento;
- Um processo de avaliação permanente, com o objetivo de verificar erros e acertos;
- Promover uma aprendizagem significativa;
- Promover uma EAD que garanta a inserção dos educandos no mercado de trabalho.

Com isso, pode-se afirmar que a EAD tem este grande desafio a ser enfrentado, o de promover educação de preferência pública e de qualidade, a fim de que ela possa atingir patamares de qualidade, já alcançados, no caso da educação de nível superior pública. Percebe-se então que na promoção de uma EAD de qualidade, é de suma importância discutir a relação da profissão docente.

4.3 Os impactos na profissão docente

Ao discutir a relação da profissão docente com a EAD, é necessário reiterar alguns pressupostos, como aqueles atrelados à idéia de ineficiência e produtividade. Outro fato a ser reiterado, é a afirmação de Pretto de que, a escola sofreu pressões de interesses externos, havendo uma centralização das políticas públicas e de que segundo a visão destes órgãos internacionais, a atuação dos alunos já não depende da formação dos professores e sim de pacotes instrumentais. Pois, diante desse discurso, é estimulado o incentivo da inserção de softwares educacionais e de outras tecnologias da comunicação na educação, visto sob a ordem economicista, sem a devida análise sobre o fato e sobre as definições do papel do educador diante da inserção das NTCIS na educação. Outro detalhe importante, é que não há como discutir a questão da EAD e do professor sem deixar de fazer menção as NTCIS.

Barreto afirma que não se deve fazer uma associação simplista do uso das novas tecnologias ao processo de modernização, em que segundo ela, a forma como tem sido feitas as políticas das NTCIs na educação, denotam a intenção do esvaziamento da profissão docente.

A tecnologia aqui posta como sistema tecnológico, é significativamente deslocada para a posição de sujeito.

Também datam de 1995 textos-chave do Banco Mundial, estabelecendo como saída para a educação – e exigência para concessão de empréstimos aos países do Terceiro mundo – a utilização de “tecnologias mais eficientes”, no movimento de quebrar o que está posto como “monopólio do professor na transmissão do conhecimento”. “Teticamente” falando, a perspectiva é a de que o desempenho dos alunos depende menos da formação dos professores e mais dos materiais pedagógicos utilizados: um modelo de substituição tecnológica, fundado na racionalidade instrumental. Nestes termos, importa o aumento da produtividade dos sistemas educacionais, por sua vez atribuído ao uso intensivo das tecnologias. Não seria a educação a ferir a lógica do mercado (quanto maior a presença da tecnologia, menor a necessidade do trabalho humano) e a “ética” da acumulação do capital.” (BARRETO, 2001, p.17,18)

Para Barreto, a abordagem feita pelo MEC, Ministério da Educação e Cultura a respeito do uso das novas tecnologias, desvaloriza o professor, pois ocorre um esvaziamento da profissão docente, pois já agora nos textos legais é mencionado não mais o trabalho docente, mas atividade e tarefa. Ela denuncia ainda que as políticas dos bancos mundiais optam por enfatizar a comunicação ao invés de privilegiar o processo de formação do professor e melhorar sua condição econômica e de trabalho. Portanto, não basta equipar escolas com aparelhos tecnológicos, mas sim é essencial um trabalho de valorização do professor.

Na tentativa de articular as análises bibliográficas com as entrevistas a respeito da questão do professor no processo de educação a distância, têm-se as seguintes pontuações dadas pelos entrevistados a partir da pergunta anteriormente citada:

Entrevistado A

“Não. Cito a experiência do cederj que propõe como fundamental um professor qualificado para a concepção, elaboração e crítica de todas as ferramentas e recursos utilizados pela ead. Menciono a importância do professor como um dos elementos que pensa o processo de ensino aprendizagem. E propõe que por a ead sempre utilizar ferramentas atualizadas e renovadas, reforça a importância de se ter professores de excelência para dar continuidade ao programa.”

Entrevistado B

“Não. Não acho. Acho que isso é um MITO, muito comum entre os que não conhecem a modalidade e o seu impacto em outros países. Nos países do G7, por exemplo, os professores são muito valorizados, respeitados, bem remunerados e

todos utilizam a EAD, a muitos anos. O que desvaloriza o professor é a política de desvalorização, e não a modalidade.”

Entrevistado C

“Não, depende da acessibilidade dessa educação, de oferecer condições mínimas de trabalho de efetivar essa educação, tanto do ponto de vista do aluno, quanto para o professor. Para mim, apenas corre o risco de perder seu posto de trabalho, o professor que for do tipo “cuspe e giz”, se for o modelo de educação bancária, que não tem uma proposta crítica e dialógica.”

Entrevistado D

“Sim, quando a ead é feita de forma para dar lucro aos empresários da educação, desvalorizando o professor. Cita o exemplo de universidades particulares que diminuíram a carga horária do professor e substituíram seu trabalho a distância para aumentar seu lucro. Logo, depende de como a ead é concebida, poderá ou não ocorrer a desvalorização do professor.

Na análise na fala dos entrevistados, pode-se notar que a maioria dos professores que opinou, acha que a EAD não acarreta na desvalorização do professor, mas podem ser encontradas ressalvas em suas enunciações, como o oferecimento de condições de trabalho favoráveis ao educador; não acarretaria essa desvalorização se a EAD não for executada sob a ótica economicista e a função do professor como aquele que pensa o processo de ensino aprendizagem e também reconhecimento e boas condições econômicas.

A partir dessas reflexões o que se pode concluir é que de fato há um interesse das políticas neoliberais em inserir as Tecnologias da Comunicação e da Informação na educação, com a lógica de substituir a docência por estas ferramentas educacionais. Com isso, há um deslocamento do ensino para os materiais auto-instrucionais, como foi afirmado por Barreto. Isto pode ser notado em programas de capacitação em serviço, que trazem consigo embutidos a idéia de reciclagem para os já formados e a substituição de uma formação sólida inicial por outra apenas para dar conta do manuseio destas novas ferramentas educacionais, como pode ser notado no breve histórico de programas como o TV Escola e o Proformação.

De acordo com Barreto (2001), há uma diferença na forma como a inserção das NTCIs é tratada nos países em desenvolvimentos, nos quais estas têm a finalidade de um contínuo desenvolvimento após a formação inicial, cujo objetivo é a articulação da teoria-prática, em que as NTCIs visam contribuir para o melhor desempenho na teoria e na prática. Diferentemente nos países em desenvolvimento, a inserção das NTCIs visa

implantar a EAD, mas com base em um nivelamento por baixo, a qual visão oferecer uma formação inicial básica. Há portanto a ideologia de que o público para quem se pensa a EAD, no caso da sociedade brasileira, é em grande parte, pessoas afastadas dos grandes centros urbanos, que não tiveram oportunidade concluir seus estudos, sendo-lhes oferecida uma formação básica, principalmente na área de formação de professores, sendo tal fato constituidor de um processo de abismo educacional. Pois, por outro lado, há a proposta de que como foi visto, no caso do TV Escola, que os professores melhor preparados em sua formação se utilizam das NTCIs, obtendo portanto um fim mais proveitoso para o processo de ensino-aprendizagem.

Logo, acredita-se que a inserção das NTCIs é necessária para contribuir para a melhoria da educação, mas para que estas possam ser vistas como um instrumento de ensino para o professor que irá pensar no fenômeno da educação. Pois, tecnologias são importantes, porém, imprescindível é para a educação um professor com uma formação sólida, o professor pesquisador que terá condições de transformar tais aparatos das NTCIs em uma educação significativa para ambos professores e alunos.

Considerações Parciais

Após a reflexão sobre os diversos fatores que contribuíram para que a EAD fosse novamente discutida e utilizada no contexto da sociedade brasileira, as considerações parciais a que podemos chegar são de que a EAD de fato atende às necessidades educacionais, principalmente no caso do ensino superior a nível de educação pública. Com isso, ela pode ser um instrumento que contribua para a democratização do ensino, desde que se tenham políticas públicas que garantam as condições estruturais e financeiras para a promoção de uma EAD de qualidade, com uma política que não priorize os interesses econômicos em detrimento dos interesses daqueles que vêm na EAD uma forma de continuarem seus estudos, uma possibilidade de ter direito à educação.

Também foi visto que a inclusão da EAD na legislação educacional representa um simbolismo de que há interesse dos governos em legitimar a modalidade. Porém, há controvérsias de que o interesse dos governos pela EAD se fundamenta na imposição dos órgãos financeiros internacionais que vêm nessa modalidade uma forma barata e rápida para dar conta das mudanças sociais. Além disso, há os que também defendem a lógica da ênfase nas tecnologias, para resolver os problemas educacionais e que dessa forma esvaziam a formação do professor, oferecendo-lhe uma formação inicial básica e a capacitação em serviço é realizada para dar conta das mudanças advindas da inserção das NTCIs ao processo educacional.

Viu-se que a EAD de qualidade procura eliminar por meio de aparatos das NTCIs, sua característica intrínseca, a distância entre professor e aluno, cuja finalidade é a de produzir um modelo educacional de qualidade, baseado em um rico processo de ensino-aprendizagem. Há portanto, a necessidade de na escolha da tecnologia utilizada, conhecer em linhas gerais a realidade de seu público. A principal conclusão é a de que a EAD inserida dentro do fenômeno maior da educação se torna contraditória, já que embora seja instrumento de controle social, também pode se um meio pelo qual venha a contribuir para a sua democratização, se realizada da forma adequada e visar uma educação pública de qualidade. Por isso, para que a EAD cumpra tal finalidade, há de se combater esta ideologia economicista, em que prioriza a técnica em detrimento da atuação humana, o

professor que necessita de uma sólida formação para dar conta do complexo processo de educação. Faça-se da EAD então, um instrumento que contribua para uma educação melhor, cidadã e democrática.

Referências Bibliográficas

BARRETO, Raquel Goulart (org), **Tecnologias educacionais e Educação a Distância: avaliando políticas e práticas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001

BELLONI, M^a Luiza. **Educação a distância**. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 2003.

BELLONI, Maria Luiza. A Televisão como ferramenta pedagógica na formação de professores. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n.2, p.287-301, jul./dez., 2003.

CORREIA, Teodósia Sofia Lobato. **Tempo de Escola...** e outros tempos (quem viveu assim, sabe. E quem não viveu... que pena!). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

DEMO, Pedro, **Questões para a teleducação**. Petrópolis: Vozes, 1998, pg. 235

FILHO FRAGALE, Roberto (org). **Educação a distância: análise dos parâmetros legais e normativos**. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

LIMA, Maria de Fátima Monte & HETKOWSKI, Tânia Maria. Política Educacional, Globalização e Educação a Distância. In: NEVES, Carmen Moreira de Castro (org) **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n° 70, abr/jun, Secretaria de Educação a Distância, p.34, 1996

LISBOA, Armando de Melo. **Desordem no Trabalho, Economia Popular e Exclusão Social**. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br> (Acesso em: 11.nov.2004)
<http://www.educabrasil.com.br/eb/> (Acessado em 30/06/2005)

MACLAREN, Peter e FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia Revolucionária na Globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PRETTO, Nelson de Luca. **Uma escola sem/ com futuro**. Campinas- SP: Papirus, 1996 (coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp> (Acessado em: 20/08/2005)

PRETI, Oreste. Educação a Distância e Globalização: desafios e tendências. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília: INEP, v. 1, n° 1 (jul. 1999)

PRETTO, Nelson. Políticas Públicas Educacionais: dos Materiais didáticos aos materiais multimídia. In: **Revista de Educação**, vol X, n.01, 2001, Departamento de Educação da F. C. da U.L., pag. 09-13.

SANTOS, Milton, **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVIO, Jose. **La Virtualizacion da La Universidad ¿ Como podemos transformar la educaciona superior con la tecnologia?**, Iesalc/Unesco, Caracas, 2000.

TEIXEIRA Anísio, **Educação para democracia: Introdução à administração educacional**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2ª Ed. 1997.

A História da Televisão Pública/Educativa , Disponível em:
http://www.abtu.org.br/arquivos_historia_tv_publica.asp (acesso em: 20.ago.2005)

80 Anos da Radiofusão no Brasil, Disponível em:
<<http://www.radiomec.com.br/80anosradio/Default.asp>> (acesso em 03.jul.2005)

<http://www.cederj.edu.br> (acesso em 22/09/2005)

http://www.socinfo.org.br/livro_verde/capitulo_4.htm, Educação na Sociedade da Informação, acesso em 03/10/2005, o Livro Verde

entrevista

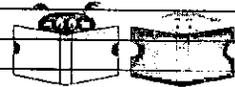


Educação a
distância:

4) COM BASE EM SUA EXPERIÊNCIA, QUAIS SÃO OS MELHORES PROGRAMAS EM EAD, E QUAIS SÃO SEUS IMPACTOS ?

5) VOCÊ ACHA QUE OS MODELOS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA ACARRETAM NA DESVALORIZAÇÃO DO PROFESSOR? POR QUE?

entrevista



Educação a distância:
Políticas e impactos

6) OS PROFESSORES QUE TRABALHAM EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA SÃO EFETIVOS NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO ?

7) COMO VOCÊ VÊ O TRABALHO DA EAD NA ATUAL SOCIEDADE BRASILEIRA, ONDE COEXISTEM GRANDES DIFERENÇAS?

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES

Mês Agosto de 2005

Dia	1	29		
Observações				
Professor	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>		
Aluno	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>		

Mês Dezembro de 2005

Dia	20	23		
Observações				
Professor	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>		
Aluno	<i>[Signature]</i>	<i>[Signature]</i>		

Mês _____

Dia				
Observações				
Professor				
Aluno				

Mês _____

Dia				
Observações				
Professor				
Aluno				



UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

DISCIPLINA : MONOGRAFIA II

ALUNO(A) : SONIA DE SOUZA SILVA DE MELO

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO : Educação a distância

no Brasil: Competências e Bases Teóricas e Temáticas
no campo do Conhecimento. Uma análise de Políticas e Impactos

ORIENTADOR : Guaciana Garcia e Carmen Irene Colares

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador :

Professor convidado: LUCIA LEHMANN

Nota : 9,5 (na escala)

Considerações:

O trabalho apresenta um histórico cuidadoso
de educação a distância, fundamentação
teórica e conteúdos apropriados. As enfermeiras
foram envolvidas na discussão do tema e

ilustra a situação a partir do posicionamento de quem viveu a questão da Educação a Distância no Brasil.

Bibliografia atualizada. Fechamento e análises boas.

Alguns pontos: falhas na utilização da linguagem e nas referências bibliográficas são observadas, sem no entanto prejudicar uma compreensão global do texto.

Bom Trabalho.

Luís de S. Sampaio Schmidt

Segundo avaliador :

Professor orientador : Guaracira Gouvêa / Carmen Irene C. de
Nota: 9,5 (nove e meio) Oliveira

Considerações:

A aluna apresenta um excelente trabalho de revisão de literatura, contextualizando as iniciativas de EAD no Brasil. Boa discussão acerca da relação tempo x espaço com o advento das novas tecnologias. O trabalho de campo foi conduzido com rigor. As análises das entrevistas podem ser mais exploradas no futuro.

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Lígia Martha Coelho

Nota : 10,0

Considerações:

O trabalho contém os principais elementos de uma monografia.

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
9,5	9,5	10,0	29,0	9,7

Rio de Janeiro, 02 de Janeiro de 2006

Sonia de Souza Silva de Melo
(NOME DO/A ALUNO/A)

(TÍTULO DA MONOGRAFIA)

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Carmen Inês C. de Oliveira / Guaraciara Gouvêa
Prof. (Nome do professor) – Orientador

Ca
Prof. (Nome do professor/a)

Prof. (Nome do professor/a)

Rio de Janeiro
2005